

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**A Relação entre a Fiscalidade e o Investimento
Direto Estrangeiro: Revisão Sistemática da
Literatura**

Matilde Jardim dos Santos Silva

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Lopes Dias, Prof.
Auxiliar
Iscte Business School, Departamento de
Contabilidade

Outubro, 2020



**BUSINESS
SCHOOL**

Departamento de Contabilidade

**A Relação entre a Fiscalidade e o Investimento
Direto Estrangeiro: Revisão Sistemática da
Literatura**

Matilde Jardim dos Santos Silva

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Dias, Prof.
Auxiliar,
Iscte Business School, Departamento de
Contabilidade

Outubro, 2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais e à minha irmã pelo apoio incondicional e por me terem possibilitado alcançar este sonho. Sem dúvida que também eles estão felizes pelo término de mais uma etapa na minha vida.

Ademais, gostaria de agradecer a todos os meus familiares, amigos e colegas de trabalho pela motivação que me deram ao longo de todo o meu percurso acadêmico e, em especial, ao longo da preparação desta dissertação.

Por último, agradeço ao Professor Paulo Dias por ter aceitado ser o meu orientador de tese, bem como pela sua disponibilidade, experiência e paciência.

Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo fundamental deste estudo consiste na caracterização da investigação empírica que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito da relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade, abrangendo um período temporal de 14 anos (2005-2019). No que respeita aos seus objetivos específicos, este estudo tem como propósito analisar a informação contida nos artigos publicados, bem como o perfil dos respetivos investigadores. Assim, foram criadas as seguintes variáveis: ano de publicação do artigo e revista na qual foi publicado, temáticas mais investigadas, artigos mais citados, número de citações, tipo de autoria, produtividade dos autores, co-citações, relação entre autores e a sua afiliação geográfica.

Os resultados obtidos revelam que o número de publicações alusivas à relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade tem vindo a aumentar, encontrando-se os artigos publicados em 45 revistas científicas distintas. Quanto às temáticas mais investigadas, constata-se que a maioria dos investigadores opta por estudar a relação entre o investimento direto estrangeiro e o crescimento económico, assim como quantificar o impacto da atribuição de incentivos fiscais e das taxas de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas na captação deste tipo de investimento. Relativamente ao perfil dos investigadores, afere-se que o tipo de autoria mais frequente é a coletiva, sendo que a maior parte dos referidos investigadores é responsável pela publicação de apenas um artigo. Ademais, todos os continentes estão representados nesta investigação, no entanto, os Estados Unidos são o país com o maior número de investigadores afiliados.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro; Fiscalidade; Revisão Sistemática da Literatura; PRISMA; Análise Bibliométrica; *VOSviewer*

JEL: F21; F23; H20; H32

ABSTRACT

The fundamental objective of this study is to characterise the empirical research that has been developing within the context of the relationship between foreign direct investment and taxation, covering a 14-year period (2005-2019). Regarding its specific objectives, this study aims to analyse the information contained in the published articles, as well as the profile of the respective researchers. Thus, the following variables were created: year of publication of the article and scientific journal in which it was published, most investigated subject areas, most cited articles, number of citations, type of authorship, author productivity, co-citations, relationship between authors and their geographical affiliation.

The results obtained reveal that the number of publications concerning the relationship between foreign direct investment and taxation has been increasing, with the articles being published in 45 different scientific journals. With respect to the most investigated subject areas, it appears that the majority of researchers choose to study the relationship between foreign direct investment and economic growth, as well as to quantify the impact of granting tax incentives and of corporate income tax rates in attracting this type of investment. In relation to the profile of the researchers, it is possible to conclude that the most frequent type of authorship is the collective one, with many of the referred researchers being responsible for the publication of only one article. Additionally, all continents are represented in this research. However, the United States are the country with the largest number of affiliated researchers.

Keywords: Foreign Direct Investment; Taxation; Systematic Literature Review; PRISMA; Bibliometric Analysis; VOSviewer

JEL: F21; F23; H20; H32

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	v
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE TABELAS.....	ix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	viii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objetivos do estudo e problema de investigação.....	1
1.2. Justificação da relevância do tema	1
1.3. Metodologia.....	2
1.4. Estrutura da dissertação	3
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	5
2.1. Definição de Investimento Direto Estrangeiro (IDE).....	5
2.2. Tipos de IDE.....	8
2.2.1. IDE vertical e IDE horizontal	8
2.2.2. IDE que tem como principal propósito a obtenção de vantagens fiscais.....	9
2.3. Medidas	10
2.4. Investigação	15
2.4.1. IDE como variável independente/explicativa	15
2.4.2. IDE como variável dependente/a explicar	18
2.4.3. Outros.....	20
3. METODOLOGIA	23
3.1. Tipo de metodologia adotada	23
3.2. Método de recolha de dados	24
3.3. Definição da amostra	24
3.4. Definição das variáveis de investigação	36
3.4.1. Base de dados relativa à informação contida nos artigos	36
3.4.2. Base de dados relativa ao perfil dos investigadores.....	36
3.5. Tratamento de dados.....	37

3.6. Risco de enviesamento	38
3.6.1. Risco de enviesamento entre os estudos	38
3.6.2. Risco de enviesamento nas investigações individuais	39
4. RESULTADOS	41
4.1. Tipologia dos artigos	41
4.1.1. Distribuição dos artigos por ano e por revista	41
4.1.2. Temáticas mais investigadas	48
4.1.3. Artigos mais citados.....	50
4.1.4. Número de citações.....	51
4.2. Caracterização dos autores	52
4.2.1. Tipo de autoria	52
4.2.2. Produtividade dos autores	53
4.2.3. Relação entre autores	54
4.2.4. Co-citações.....	56
4.2.5. Afiliação geográfica dos investigadores	57
4.3. Risco de enviesamento	60
4.3.1. Entre os estudos	60
4.3.2. Nas investigações individuais	60
5. CONCLUSÕES.....	61
5.1. Objetivos e resultados.....	61
5.2. Limitações da investigação.....	63
5.3. Recomendações para investigações futuras.....	64
6. BIBLIOGRAFIA.....	65

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 - Formas de cálculo do IDE	14
Tabela 2.2 - Relação entre o IDE (enquanto variável independente) e outras temáticas	17
Tabela 2.3 - Variáveis explicativas do IDE	19
Tabela 3.1 - Número de artigos elegíveis para a concretização da investigação	25
Tabela 3.2 - Tipologia dos artigos selecionados	25
Tabela 3.3 - Artigos que integram a amostra do estudo	26
Tabela 4.1 - Distribuição dos artigos por ano	42
Tabela 4.2 - Distribuição dos artigos por revista científica	44
Tabela 4.3 - Tipo de autoria	53
Tabela 4.4 - Número de autores responsáveis pela publicação dos artigos da amostra	53
Tabela 4.5 - Co-citações	57
Tabela 4.6 - Distribuição dos autores por país	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1 - Categorias da <i>Scopus</i>	48
Figura 4.2 - Temáticas mais investigadas	49
Figura 4.3 - Principais palavras-chave dos autores	50
Figura 4.4 - Artigos mais citados	51
Figura 4.5 - Relação entre os autores	55
Figura 4.6 - Co-citações	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 - Evolução da publicação de artigos ao longo dos anos	43
Gráfico 4.2 - Revistas com o maior número de artigos publicados	47
Gráfico 4.3 - Número de citações por ano	52
Gráfico 4.4 - Produtividade dos autores	54
Gráfico 4.5 - Distribuição dos autores por continente	57

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos do estudo e problema de investigação

O objetivo fundamental do presente estudo corresponde à caracterização da investigação empírica que tem vindo a ser desenvolvida no domínio da relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade.

Desta feita, coloca-se o seguinte problema de investigação: “Qual a relação entre a fiscalidade e o investimento direto estrangeiro?”.

A concretização do objetivo desta investigação resulta da análise de artigos publicados nas mais diversas revistas científicas. Tal análise permite concluir acerca das tendências das publicações ao longo dos últimos anos, das temáticas mais investigadas, das metodologias de investigação utilizadas e do perfil dos investigadores.

Por sua vez, os objetivos específicos deste estudo são (i) a descrição do conteúdo dos artigos publicados e (ii) a caracterização dos respetivos investigadores. O primeiro objetivo é alcançado através da análise de um conjunto de variáveis associadas à informação contida nos artigos publicados, tais como, o ano de publicação do artigo e a revista na qual foi publicado, as temáticas mais investigadas, os artigos mais citados e o número de citações. Já o segundo objetivo é atingido mediante o estudo de um grupo de variáveis relativas ao perfil dos investigadores, designadamente, o tipo de autoria, a produtividade dos autores, as co-citações, a relação entre autores e, por fim, a sua afiliação geográfica.

À luz do exposto, este estudo tem como propósito não só evidenciar as tendências das investigações ao longo do tempo, como também caracterizar o perfil dos respetivos autores.

1.2. Justificação da relevância do tema

O tipo de estudo em questão está a tornar-se cada vez mais relevante no meio académico, uma vez que permite concluir acerca das características e tendências das publicações ao longo do tempo, bem como do estado da arte da investigação. Por outras palavras, estes estudos têm como finalidade a sistematização do conhecimento, servindo, deste modo, como base de orientação para estudantes e académicos, apoiando-os na conceção das suas próprias pesquisas. Neste sentido, constata-se que este tipo de investigação é extremamente valorizado pelas universidades e outras instituições de ensino.

Ao reunir evidências do papel da fiscalidade na atração de investimento direto estrangeiro, e vice-versa, a presente investigação poderá ainda ser relevante para os decisores dos países que pretendam captar este tipo de investimento.

Ademais, prevê-se que também as empresas que tenham como objetivo estratégico a expansão do seu negócio além-fronteiras atribuam larga importância a este estudo.

Por último, dado que não existem estudos empíricos que caracterizam a literatura acerca da relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade, considera-se esta investigação bastante pertinente, constituindo, portanto, um valioso acréscimo à literatura existente.

1.3. Metodologia

Foi adotada como metodologia de investigação a revisão sistemática da literatura.

A utilização da revisão sistemática da literatura como metodologia de investigação tem vindo a aumentar significativamente, pelo que têm surgido cada vez mais recomendações para conduzir este tipo de estudo.

Deste modo, a presente investigação baseia-se na recomendação PRISMA (Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises).

O PRISMA consiste num conjunto mínimo de itens para reportar revisões sistemáticas. Ainda que o PRISMA se concentre no relato de revisões que avaliam estudos aleatorizados, pode igualmente ser utilizado como base para relatar revisões sistemáticas de outros tipos de investigação, particularmente avaliações e intervenções.

O principal objetivo do PRISMA é, portanto, auxiliar os autores a melhorar o relato de revisões sistemáticas e meta-análises.

O estudo teve início com a pesquisa de artigos publicados nas mais diversas revistas científicas até 31 de dezembro de 2019 alusivos à relação entre a fiscalidade e o investimento direto estrangeiro.

A triagem dos artigos baseou-se nos seguintes critérios: (1) terem *FDI* e *Tax* como palavras-chave e (2) estarem indexados à base de dados bibliográfica *Scopus*. Além disso, para que a investigação considerasse todos os artigos existentes acerca da referida temática, não foi estabelecido qualquer limite temporal. Não obstante, constata-se que o período temporal

abrangido é de 14 anos, uma vez que o primeiro artigo identificado foi publicado em 2005 e o último em 2019.

Note-se que os artigos seleccionados foram posteriormente retirados da *b-on* (biblioteca do conhecimento *online*).

Com o intuito de simplificar a caracterização da literatura existente acerca da relação entre a fiscalidade e o investimento direto estrangeiro, optou-se pela criação de duas bases de dados distintas. A primeira base de dados concerne à informação contida nos artigos, sendo que a segunda respeita ao perfil dos investigadores. Para cada uma destas bases de dados foram desenvolvidas variáveis específicas.

Relativamente à primeira base de dados, foram criadas as seguintes variáveis: nome do artigo, ano de publicação e revista na qual o artigo foi publicado. No atinente à segunda base de dados, as variáveis criadas foram as seguintes: país / continente de afiliação, tipo de autoria e produtividade dos autores.

A informação que consta das bases de dados foi analisada através de duas ferramentas, o *Excel* e o *VOSviewer*, correspondendo este último a um instrumento utilizado na construção de mapas bibliográficos. A escolha destes *softwares* é justificada pela facilidade de tratamento e interpretação dos dados recolhidos, possibilitando um estudo mais pormenorizado da amostra do presente estudo.

1.4. Estrutura da dissertação

A presente investigação organiza-se em cinco capítulos distintos.

O primeiro capítulo concretiza o enquadramento geral do problema de investigação e apresenta os principais objetivos do estudo, a justificação da escolha do tema e a descrição da metodologia adotada.

O segundo capítulo trata da revisão da literatura, procedendo-se a uma análise rigorosa e detalhada das investigações que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo dos últimos anos no domínio da relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade.

Por sua vez, a metodologia adotada é esclarecida no terceiro capítulo, sendo apresentado o método de recolha de dados a partir do qual a amostra do estudo foi definida. De seguida, são

identificadas as variáveis desenvolvidas e clarificados os métodos de tratamento dos dados recolhidos. Por fim, avalia-se o risco de enviesamento, compreendendo o risco entre os diversos estudos e o risco nas investigações individuais.

O quarto capítulo versa sobre o desenvolvimento do estudo empírico. Note-se que os resultados obtidos encontram-se divididos em dois grupos distintos. Assim, o primeiro conjunto de resultados respeita à informação contida nos artigos que compõe a amostra e o segundo ao perfil dos respetivos autores. Adicionalmente, é discutida a avaliação do risco de enviesamento.

Por último, o quinto capítulo tem como propósito fundamental a apresentação das principais conclusões, contribuições e limitações da investigação em causa, assim como algumas propostas para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Definição de Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

As barreiras institucionais ao investimento internacional, nomeadamente, os controlos de capital, têm vindo a ser desmanteladas, pelo que a economia mundial está a tornar-se cada vez mais integrada (Simmons, 2006). O investimento internacional realizado por empresas multinacionais é, deste modo, uma das características mais evidentes da economia global atual, tanto que adquiriu um nome próprio, investimento direto estrangeiro. As empresas multinacionais investem fora do seu país de origem por diversos motivos, entre os quais, acesso ao mercado, considerações políticas, custo da mão-de-obra e proximidade dos fornecedores. Estes são apenas os fatores mais frequentemente mencionados pela literatura. (An, 2012)

Segundo Azevedo, Pereira e Rodrigues (2019), um acordo de investimento direto estrangeiro pode ser entendido como um contrato entre um país e uma empresa estrangeira mediante o qual, ao longo de um determinado período de tempo, ambas as partes têm o direito de estabelecer obrigações e benefícios financeiros. Os benefícios para a empresa são habitualmente oferecidos através de subsídios, garantias e taxas de imposto mais baixas, enquanto as obrigações consistem normalmente na promoção de novos postos de trabalho, no investimento em capital humano, no estabelecimento de parcerias de negócio com empresas locais e, tal como considerado pelos autores em questão, no comprometimento de permanecer no país, não desinvestindo durante um dado período de tempo. Trata-se de contratos de longo prazo.

Já de acordo com Popescu (2014), o IDE é um investimento realizado por uma empresa na economia do investidor, numa nação estrangeira anfitriã, aplicando-se às transações comerciais e esforçando-se para alcançar um interesse permanente e uma função ativa na empresa anfitriã. O IDE constitui um ambiente vital através do qual as economias nacionais se interrelacionam numa base internacional, sendo que é o resultado da avaliação de risco concretizada pelo investidor com o objetivo de apurar qual o investimento que lhe permitirá obter o maior lucro. Os desempenhos financeiros dos investidores e das empresas anfitriãs apresentam um papel considerável na formação de IDE.

Markusen e Horstmann (1992) defendem que a existência de barreiras alfandegárias conduz a que a empresa escolha o IDE como modo de entrada num mercado diferente (Kim, Kim, & Kim, 2012).

A afluência de IDE constitui um importante fator impulsionador das economias locais, uma vez que proporciona um vasto número de benefícios, nomeadamente, a aceleração do crescimento, a criação de novos postos de trabalho, o aumento das exportações e o acesso a novas tecnologias, técnicas de gestão e estratégias de *marketing*, o que se traduz em aumentos de produtividade e eficiência (Ali & Bohara, 2017; Aprian & Irawan, 2019; Assunção, Forte, & Teixeira, 2013; Hunady & Orviska, 2014; Long, Yang, & Zhang, 2015; Martinez-Vazquez, Zhang, & Goodspeed, 2018). Além disso, a introdução de novas tecnologias estimula o aperfeiçoamento das competências e capacidades dos recursos humanos e, assim, o aumento do nível de rendimento interno. A perspetiva de aumento da receita fiscal como consequência do aumento do nível de rendimento interno conduz a que os governos se empenhem em atrair este tipo de investimento, criando, desta forma, condições mais favoráveis para os investidores (Ali & Bohara, 2017; Azémar & Dharmapala, 2019; ŚLUSARCZYK, 2018).

Existem igualmente inúmeras vantagens para as empresas que optam por investir fora do seu país de origem (Park, Park, Sun, & Woo, 2016). Em primeiro lugar, é provável o efeito do portefólio de investimentos (Park et al., 2016). Isto é, a perda sustentada num mercado com baixo desempenho pode ser compensada pelos lucros gerados noutra mercado (Kogut, 1985). O segundo efeito é uma estratégia de localização (Park et al., 2016). Decisões de investimento adequadas a cada mercado permitem a redução do risco e, ao mesmo tempo, promovem uma gestão mais eficiente (Denis et al., 2002). Por último, o conhecimento e as experiências acumulados nos vários mercados podem ser aproveitados para incrementar o valor dos ativos intangíveis, tais como, as tecnologias de produção, as estratégias de *marketing* e as capacidades de gestão, o que se traduzirá num aumento do valor da empresa no seu conjunto (Craig & Douglas, 2000; Geringer et al., 2000; Hitt et al., 1997; Morck & Yeung, 1998).

As atividades de IDE de uma multinacional envolvem essencialmente a decisão acerca da localização e da quantidade de investimento que a ela se destina (Buettner & Wamser, 2009).

Os motivos que influenciam a escolha da localização podem ser agrupados em quatro categorias distintas: procura de recursos naturais, procura de mercado, procura de eficiência e, por último, procura de capacidades e ativos estratégicos (Dunning, 1980). Os determinantes do IDE mais significativos que resultam desses motivos são a dimensão do mercado, o custo da mão-de-obra, o comércio internacional, os efeitos de aglomeração e o nível de imposto que incide sobre o rendimento das pessoas coletivas (Silva & Lagoa, 2018).

De acordo com diversos autores, importa ainda mencionar outros fatores, económicos e políticos, nomeadamente, o PIB *per capita*, o grau de abertura ao mercado, o retorno sobre o capital investido (ROC), a taxa de câmbio real, a estabilidade política, a corrupção, os incentivos financeiros e fiscais e as políticas macroeconómicas do país de destino (Ibrahim & Hassan, 2013; Kersan-Škabić, 2015; Steven Globerman & Daniel Shapiro, 2002). No que respeita ao ambiente macroeconómico, é relevante referir a inflação, o desemprego, as taxas de juro e as taxas de crescimento do PIB (Kersan-Škabić, 2015; Steven Globerman & Daniel Shapiro, 2002).

No caso específico dos países em desenvolvimento, os fatores mais significativos são a dimensão do mercado, os custos de produção, a disponibilidade de recursos e o quadro institucional para o funcionamento do mercado, ou seja, direitos de propriedade, administração, estabelecimento de novos empreendimentos comerciais, medidas de estímulo, etc. (Kersan-Škabić, 2015). De facto, a qualidade das instituições pode constituir um determinante fundamental do IDE, particularmente para as economias menos desenvolvidas (Blonigen, 2005; Dam & Scholtens, 2012).

Por fim, alguns investigadores consideram pertinente a referência ao paradigma propriedade-localização-internalização (Aprian & Irawan, 2019; Jones & Temouri, 2016; ŚLUSARCZYK, 2018). Segundo o paradigma eclético de Dunning, a internacionalização de uma empresa depende da sua capacidade para potencializar as vantagens financeiras de propriedade (*Ownership* – O), localização (*Location* – L) e internalização (*Internalization* – I) (Jones & Temouri, 2016).

Em conformidade com Aprian e Irawan (2019), a vantagem de propriedade sugere que a vantagem competitiva de uma empresa constitui um incentivo à sua internacionalização. Já a vantagem de localização esclarece que uma determinada vantagem específica do país anfitrião favorece a entrada de empresas estrangeiras. Por último, a vantagem de internalização descreve as ações que devem ser tomadas para evitar desvantagens ou a capitalização de recursos naturais causada pelo sistema de preços de mercado e pela política governamental.

Rugman (2010) defende que as vantagens de O, L e I interagem entre si, concebendo, deste modo, uma explicação “co-evolucionária” dos padrões de IDE ao nível da indústria. Por oposição, a teoria da internalização é estabelecida ao nível da empresa, pelo que se revela útil na demonstração da heterogeneidade de comportamentos das organizações (Jones & Temouri, 2016).

Seguidamente, irão ser distinguidos os diferentes tipos de investimento direto estrangeiro definidos pelos investigadores.

2.2. Tipos de IDE

No tópico imediatamente anterior esclareceu-se a posição dos diferentes autores em relação à definição de IDE. Ademais, foram apresentados os fatores que conduzem uma empresa a investir internacionalmente, assim como os benefícios que tal investimento proporciona à economia do país de destino. Importa agora proceder à distinção entre os diversos tipos de IDE.

De acordo com a literatura, é possível concluir que existem cinco tipos de IDE: IDE interno e IDE externo (Feliciano & Doytch, 2017; Silva & Lagoa, 2018), IDE vertical e IDE horizontal (Goldbach et al., 2019; Popescu, 2014) e, por último, o IDE que tem como principal propósito a obtenção de vantagens fiscais (Deng, Falvey, & Blake, 2012; Haberly & Wójcik, 2015; Jones & Temouri, 2016; Pandey, 2019; Sutherland & Anderson, 2015). Os cinco tipos de IDE identificados serão de seguida explicados com maior detalhe.

A literatura referente aos determinantes do IDE interno é ampla (Feliciano & Doytch, 2017). Identificam-se, no entanto, dois tipos de fatores, os internos e os externos à empresa (Blonigen, 2005). Os fatores internos à empresa incluem as características e o preço do capital e do trabalho, o grau de tecnologia e as capacidades de gestão. Já os fatores externos à empresa abrangem as condições macroeconómicas, as taxas de câmbio, os impostos, as políticas comerciais e as instituições.

De acordo com Tuomi (2011), as evidências sugerem que, na maioria dos casos, os incentivos ao investimento não constituem uma causa significativa do IDE interno. Ademais, ainda que os incentivos consigam captar IDE, o seu custo pode ser superior ao benefício resultante.

2.2.1. IDE vertical e IDE horizontal

As empresas que operam no mercado global são confrontadas com uma diversidade de decisões acerca de como gerir as suas atividades internacionais, incluindo duas possibilidades: (1) satisfazer o mercado externo a partir de uma base doméstica; (2) ou criar uma subsidiária para servir tal mercado (Lawless, McCoy, Morgenroth, & O'Toole, 2018).

O IDE concretizado através de uma subsidiária no exterior pode ser definido como a expansão de uma empresa num mercado menos explorado (Kogut, 1983; Park et al., 2016).

O IDE vertical é habitualmente associado à substituição da produção, à externalização e aos ganhos de produtividade resultantes da atualização tecnológica por meio da integração vertical (Goldbach et al., 2019; Grossman & Rossi-Hansberg, 2008; Navaretti et al., 2010).

Goldbach et al. (2019) defendem que, apesar de não serem claras as diferenças entre IDE vertical e IDE horizontal, o IDE horizontal pode ser entendido como um fornecedor de serviços intra-empresas, abrangendo o financiamento e o planeamento fiscal.

Já de acordo com Popescu (2014), o IDE horizontal corresponde ao investimento que tem como finalidade a procura de mercado, focando-se principalmente no mercado doméstico da economia anfitriã, sendo que o IDE vertical é motivado pela minimização de custos (a amplitude do mercado, as limitações comerciais e os custos de transporte podem ter diversos impactos sobre estes dois tipos de IDE).

Não obstante o acima exposto, o mesmo autor considera que o IDE associado à utilização em excesso de recursos naturais pode não se prestar à classificação desses dois tipos de investimento. Ademais, os elementos de gravidade (amplitude do mercado e proximidade da economia de origem) são os determinantes mais relevantes do IDE.

Por último, refere Popescu (2014) que a integração regional diminui o IDE horizontal, encorajando, por sua vez, o IDE vertical.

2.2.2. IDE que tem como principal propósito a obtenção de vantagens fiscais

As razões subjacentes à utilização de paraísos fiscais no IDE são predominantemente financeiras (Haberly & Wójcik, 2015).

Uma notável porção do *stock* mundial de IDE corresponde à transferência de capitais para paraísos fiscais, sendo que uma atividade significativa das multinacionais é concretizada através de *offshores*, compreendendo o aumento de capital e as transações de direitos de propriedade (Buckley, Sutherland, Voss, & El-Gohari, 2015).

Não se considera que este tipo de IDE seja motivado pela procura de recursos naturais, de mercado, de eficiência ou de capacidades e ativos estratégicos (Shatz & Venables, 2003), não

envolvendo a realização de atividades produtivas físicas (Beugelsdijk et al., 2010). Também não se enquadra facilmente nas categorias de investimento horizontal e de investimento vertical (Shatz & Venables, 2003). Como consequência, é muitas vezes descartado (Buckley et al., 2015).

Para além das imperfeições existentes no mercado doméstico de capitais e da necessidade de as empresas multinacionais de mercados emergentes aumentarem as suas estruturas de capital, o acesso a um ambiente institucional mais favorável poderá também justificar a propensão para a realização de investimentos *offshore* (Buckley et al., 2015).

As multinacionais diversificam geograficamente os seus investimentos através de diferentes estruturas organizacionais, tais como as entidades de propósito especial (EPE), que se localizam habitualmente em paraísos fiscais e / ou em centros financeiros *offshore* (Sutherland & Anderson, 2015). Estas entidades são frequentemente utilizadas com o intuito de aumentar o capital ou de deter ativos e passivos. De acordo com a OCDE, “a atividade principal de uma EPE consiste na canalização de fundos entre entidades fora do país onde estão estabelecidas”.

É ainda relevante abordar os conceitos de *round-tripping* e *treaty shopping*.

O *round-tripping* compreende a transferência de capital para o exterior, apenas para depois ser reinvestido no mercado doméstico com o rótulo de IDE (Deng et al., 2012; Pandey, 2019; Sutherland & Anderson, 2015).

Por sua vez, o *treaty shopping* tem como único propósito a fruição dos benefícios decorrentes dos tratados de dupla tributação, sendo que o investimento transfronteiriço é concretizado através de uma empresa fictícia (Pandey, 2019). As empresas fictícias não se envolvem em nenhuma tipo de atividade comercial / económica real, sendo somente utilizadas pelo seu proprietário para a realização de trabalhos financeiros / legais.

2.3. Medidas

Após se ter procedido à distinção entre os tipos de IDE definidos pela literatura, serão agora explicadas as suas diferentes formas de cálculo.

A grande maioria dos investigadores retira a informação relativa ao IDE da base de dados estatística da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (“CNUCED”).

A CNUCED define IDE como “um investimento que envolve uma relação de longo prazo, refletindo um interesse e controlo duradouros de uma entidade residente em dada economia (investidor direto estrangeiro ou empresa-mãe) numa empresa pertencente a uma economia diferente daquela do investidor direto estrangeiro (empresa de IDE ou afiliada ou filial estrangeira)”.

De acordo com a instituição acima mencionada, os fluxos de IDE englobam o capital fornecido (diretamente ou através de outras empresas relacionadas) por um investidor direto estrangeiro a uma empresa, ou o capital recebido de uma empresa investidora por um investidor direto estrangeiro.

O IDE possui três componentes distintas: capital próprio, lucros reinvestidos e empréstimos intra-grupo. O capital próprio corresponde à compra de ações de uma empresa estabelecida num país que não o do investidor direto estrangeiro. Já os ganhos reinvestidos compreendem a participação (na proporção da participação direta no capital social) nos lucros não distribuídos pelas afiliadas, ou os lucros não remetidos para o investidor direto. Tais lucros retidos pelas afiliadas são reinvestidos. Por último, os empréstimos intra-grupo, ou as transações de dívida intra-grupo, respeitam a empréstimos a curto ou longo prazo e a empréstimos de fundos entre investidores diretos (empresas-mãe) e afiliadas.

O *stock* de IDE, por sua vez, equivale ao valor da parcela do seu capital e reservas (incluindo os lucros não distribuídos) atribuível à empresa-mãe, ao qual acresce o endividamento líquido das afiliadas à empresa-mãe.

Não obstante a maioria dos investigadores recorrer à base de dados da CNUCED, existem outros que optam por utilizar a da OCDE.

À semelhança da CNUCED, também a OCDE apresenta a distinção entre *stocks* e fluxos de IDE.

Os *stocks* de IDE medem o nível total de investimento direto num determinado momento, geralmente no final de um trimestre ou de um ano. O *stock* de IDE externo corresponde ao valor do património dos investidores residentes e dos empréstimos líquidos a empresas pertencentes

a economias estrangeiras. O *stock* de IDE interno equivale ao valor do património dos investidores estrangeiros e dos empréstimos líquidos a empresas residentes na economia reportada. Os *stocks* de IDE são medidos como uma parcela do PIB.

Os fluxos de IDE registam o valor das transações internacionais relacionadas com o investimento direto durante um dado período de tempo, habitualmente um trimestre ou um ano. Os fluxos financeiros consistem em transações de capital, reinvestimento de ganhos e transações de dívida entre empresas. Os fluxos externos representam transações que aumentam o investimento que os investidores da economia reportada têm em empresas de economias estrangeiras, tais como, aquisições de capital ou reinvestimento de lucros, menos quaisquer transações que diminuam tal investimento, nomeadamente, a venda de capital ou os empréstimos realizados por uma empresa estrangeira a um investidor residente. Por seu turno, os fluxos internos relatam transações que aumentam o investimento que os investidores estrangeiros têm em empresas residentes na economia reportada menos qualquer tipo de transação que diminua tal investimento. Os fluxos de IDE são medidos como uma parcela do PIB.

Face ao exposto, conclui-se que o conceito de IDE apresentado pela OCDE vai ao encontro daquele estabelecido pela CNUCED.

Como alternativa à utilização da informação disponibilizada pela CNUCED e pela OCDE, alguns investigadores servem-se da base de dados do World Bank. A mesma instituição define IDE como “os fluxos de capital de investimento direto numa economia”, calculando-se através da soma do capital próprio, do reinvestimento de lucros e de outros capitais.

Ainda de acordo com o World Bank, a definição de IDE internacionalmente aceite inclui as seguintes componentes: investimento de capital, incluindo o investimento associado ao capital que proporciona ao seu detentor controlo ou influência; investimento em empresas indiretamente controladas ou influenciadas; investimento em empresas parceiras; dívida (exceto a dívida selecionada); e investimento invertido. Este investimento distingue-se de outros tipos de investimento internacional, no sentido em que o investidor o concretiza com o intuito de alcançar um interesse duradouro numa empresa estrangeira ou um controlo de gestão efetivo sobre a mesma. Um interesse duradouro envolve tipicamente o estabelecimento de armazéns, unidades de produção e de outras organizações permanentes ou de longo prazo no exterior.

A instituição financeira acima indicada esclarece também o conceito de investimento direto. Segundo a mesma, o investimento direto é uma categoria de investimento internacional associada ao controlo ou a um grau de influência significativo que um residente numa dada economia possui sobre a gestão de uma empresa estabelecida noutra economia. Os investimentos diretos podem assumir a forma de investimento de raíz, em que o investidor inicia um novo empreendimento através da construção de novas unidades operacionais; empreendimento conjunto, em que o investidor procede a um acordo de parceria com uma firma no exterior para o estabelecimento de uma nova empresa; ou fusão e aquisição, que consiste na aquisição, por parte do investidor, de uma empresa já existente no exterior. O critério que determina a existência de uma relação de investimento direto é a posse de 10% ou mais dos direitos de voto. No entanto, na prática, muitos países estabelecem um limiar superior.

Considera-se pertinente referir que os dados do World Bank referentes aos fluxos de capital baseiam-se naqueles reportados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) acerca da balança de pagamentos. Os dados relativos ao IDE são complementados pelas estimativas produzidas pelo World Bank recorrendo a dados da CNUCED e de outras fontes nacionais oficiais.

Com o intuito de sumariar a informação acima exposta, procedeu-se à construção da Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Formas de cálculo do IDE

Instituição	Forma de cálculo / componentes	Autores
CNUCED	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxos de IDE: Capital próprio + Lucros reinvestidos + Empréstimos intra-grupo • <i>Stock</i> de IDE: Parcela do capital e reservas atribuível à empresa-mãe + Endividamento líquido das respectivas afiliadas 	Cole, Elliott, & Fredriksson (2006), Hristu-Varsakelis, Karagianni, & Saraidaris (2011), Martinez-Vazquez et al. (2018), Muthitacharoen (2019) e van Parys & James (2010)
OCDE	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxos de IDE: Transações de capital + Reinvestimento de ganhos + Transações de dívida entre empresas • <i>Stock</i> de IDE: Valor do património do investidor + Empréstimos líquidos a empresas estabelecidas em países diferentes daqueles do investidor 	Ali & Bohara (2017), Azémar & Dharmapala (2019) e Martinez-Vazquez et al. (2018)
World Bank	<ul style="list-style-type: none"> • Capital próprio + Reinvestimento de lucros + Outros capitais 	Aprian & Irawan (2019), Ibrahim & Hassan (2013) e Jensen & Lindstädt (2012)

Através da observação da Tabela 2.1, constata-se que existe uma clara harmonização do modo de cálculo do IDE, ainda que as respetivas componentes se apresentem sob designações diferentes.

Embora a maior parte dos autores recorra a dados do IDE agregados, alguns optam por utilizar informação ao nível da empresa.

Silva e Lagoa (2018), por exemplo, utilizam dados respeitantes a projetos de IDE, pelo que se torna possível separar o IDE relacionado com atividade real de transações puramente financeiras. Em conformidade com os mesmos autores, a utilização de um conjunto de dados ao nível da empresa permite estudar diretamente as decisões factuais de localização tomadas pelas multinacionais, fornecendo, deste modo, uma imagem fidedigna das decisões de investimento real.

Também An (2011) defende que, apesar de as estatísticas agregadas proporcionarem uma descrição mais abrangente das atividades gerais de investimento, elas tendem a ser menos elucidativas acerca das ações individuais das organizações.

Para além de Silva e Lagoa (2018) e An (2011), existem outros autores que optam igualmente por considerar dados ao nível da empresa, designadamente, Feliciano e Doytch (2017) e Goldbach et al. (2019).

Por fim, um conjunto de investigadores reconhece a existência de uma possível distorção (sobrevalorização) dos valores do IDE, visto que muitos dos dados disponíveis englobam também os investimentos *offshore* e *round-tripping*, isto é, investimentos que têm como principal propósito a obtenção de vantagens fiscais e que habitualmente não estão associados a atividades produtivas físicas (Deng et al., 2012; Jones & Temouri, 2016; Silva & Lagoa, 2018; Sutherland & Anderson, 2015). Desta feita, requer-se um especial cuidado na análise e posterior interpretação dos resultados produzidos pelas investigações realizadas neste domínio (Sutherland & Anderson, 2015).

Após terem sido explicadas as diferentes formas de cálculo do IDE, serão de seguida apresentadas as investigações que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito da temática em estudo.

2.4. Investigação

2.4.1. IDE como variável independente/explicativa

Ao empregarem o IDE como variável explicativa, os investigadores procuram avaliar o impacto do mesmo noutros fenómenos.

A Tabela 2.2 foi construída com o objetivo de se proceder a uma análise mais aprofundada das temáticas associadas à variável em questão, sendo possível concluir, através da sua observação, que os autores realizam uma variada gama de investigações.

Por exemplo, Wu, Yuan, Wang, Cao e Zhou (2019), servindo-se de uma amostra de 285 cidades chinesas, concluem que a relação entre o IDE e o desenvolvimento económico na China é em forma de “U” invertido. Isto é, quando o IDE aumenta, o crescimento económico também tende a aumentar, no entanto, atingindo o IDE um determinado limite máximo, tal crescimento começa a diminuir. Ademais, caso a economia dependa em demasia da presença de empresas

estrangeiras, os referidos investigadores constataam que o IDE pode mesmo abrandar o seu crescimento. Esta investigação apresenta especial relevância, na medida em que constitui um importante alerta para os governos de países cujas economias dependam fortemente da captação deste tipo de investimento.

Por sua vez, o estudo de Park et al. (2016), considerando uma amostra de 4 585 empresas coreanas, revela que o IDE realizado através de uma subsidiária no exterior pode ser utilizado para evitar o pagamento de impostos, o que justifica o facto de as multinacionais se esforçarem por construir unidades de produção local adicionais. De um modo geral, esta investigação apresenta conclusões bastante relevantes para os governos nacionais que pretendam atrair ativamente este tipo de investimento no futuro.

Já a investigação de Long, Yang e Zhang (2015), que abrange 19 102 empresas, conclui que o aumento do IDE contribui para o alívio das obrigações fiscais, diminuindo, ao mesmo tempo, a arbitrariedade na fixação das mesmas, bem como para um nível mais elevado de proteção legal. Isto é, a presença de IDE favorece o ambiente institucional experienciado pelas empresas locais. A grande maioria das investigações tende a evidenciar o papel do IDE no aumento dos *stocks* de capital e na partilha de conhecimentos tecnológicos. Desta forma, este estudo constitui um valioso acréscimo à literatura existente, dado que demonstra que o IDE, através do seu impacto no ambiente institucional experienciado pelas empresas locais, promove o crescimento a longo prazo da economia anfitriã.

Por fim, Cole, Elliot e Fredriksson (2006), recorrendo a uma amostra de 33 países, sugerem que o impacto do IDE na política ambiental local é condicionado pelo grau de corrupção do governo. Assim, quando o nível de corrupção é baixo, o IDE afeta positivamente o rigor da política ambiental local. Pelo contrário, se os níveis de corrupção forem elevados, o impacto será menor, podendo eventualmente tornar-se negativo. Considera-se este estudo bastante pertinente, visto que a investigação acerca dos efeitos do investimento direto estrangeiro nas políticas ambientais locais tem sido praticamente nula.

Relativamente à investigação concretizada por Zirculis e Šarapovas (2017), ainda que o IDE seja uma variável explicativa, a principal relação que está a ser explorada é a da taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas com o nível de desemprego. Os autores incluíram os fluxos de IDE interno como percentagem do PIB a fim de capturar o efeito no desemprego que poderá advir das afluências de capital por parte de empresas estrangeiras.

Tabela 2.2 - Relação entre o IDE (enquanto variável independente) e outras temáticas

Variável dependente	Relação (+/-)	Autores
Investimento doméstico	+	Goldbach, Nagengast, Steinmüller, & Wamser (2019)
Crescimento económico	Relação em forma de “U” invertido	Wu et al. (2019)
Taxa de desemprego	-	Zirgulis & Šarapovas (2017)
Prática de elisão fiscal nas multinacionais	+	Park et al. (2016)
Qualidade do ambiente institucional experienciado pelas empresas locais <ul style="list-style-type: none"> - Obrigações fiscais - Qualidade da proteção legal 	+	Long et al. (2015)
Taxa de poupança das famílias	+	Thanoon & Baharumshah (2007)
Rigor da política ambiental local	A relação é condicionada pelo nível de corrupção do governo: <ul style="list-style-type: none"> ➤ +, para níveis baixos de corrupção ➤ -, para níveis altos de corrupção 	Cole, Elliott, & Fredriksson, (2006)

2.4.2. IDE como variável dependente/a explicar

Por oposição, alguns autores optam por estudar os fenómenos que influenciam o IDE. Desta feita, foi criada a Tabela 2.3, que resume as principais variáveis utilizadas pelos investigadores para explicar o IDE.

É possível constatar, através da observação da referida tabela, que muitos autores centram as suas investigações nos determinantes clássicos do IDE, tais como, o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, a atribuição de incentivos fiscais às empresas investidoras, o PIB *per capita* do país anfitrião e a recetividade ao IDE, apresentando conclusões bastante semelhantes entre si (Aprian & Irawan, 2019; Ibrahim & Hassan, 2013; Kersan-Škabić, 2015; Martinez-Vazquez et al., 2018; Muthitacharoen, 2019; Silva & Lagoa, 2018; van Parys & James, 2010; Wang, Xu, & Zhu, 2012; Wijeweera & Clark, 2006; Wijeweera & Mounter, 2007).

Já Hansson e Olofsdotter (2013) optam por analisar o impacto das economias de aglomeração no IDE, concluindo pela existência de uma relação positiva. Isto significa, portanto, que a formação de economias de aglomeração é favorável à atração de IDE. Esta investigação foca-se nos países da Europa dos 15, disponibilizando, assim, informação adicional acerca dos determinantes do IDE entre economias similares.

Murthy e Bhasin (2015), por sua vez, estudam o impacto da existência de acordos de eliminação da dupla tributação no IDE. A investigação, que considera dados relativos a 14 países distintos, revela que a celebração deste tipo de acordos exerce uma influência positiva sobre o IDE, contribuindo, deste modo, para o enriquecimento da literatura.

Atribua-se ainda particular atenção à investigação de Jones e Temouri (2016), que consiste na exploração dos determinantes do investimento que se destina a paraísos fiscais. Esta investigação compreende uma amostra de 14 209 multinacionais localizadas em 12 países da OCDE, concluindo, por exemplo, que uma multinacional pertencente a uma indústria com um elevado grau de incorporação tecnológica é mais propensa a realizar este tipo de investimento.

Por fim, o estudo de Apriana e Irawan (2019), que abrange uma amostra de 9 países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (“ANASE”), tem como principal objetivo quantificar o impacto da atribuição de incentivos fiscais e da adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) no IDE. Esta investigação revela que a relação entre a atribuição de incentivo fiscais e o IDE não é significativa. Pelo contrário, o impacto da adoção das IFRS

no IDE é positivo significativo. Destarte, considera-se este estudo especialmente pertinente, uma vez que poderá contribuir para a harmonização contabilística internacional e transparência das demonstrações financeiras.

Tabela 2.3 - Variáveis explicativas do IDE

Principais variáveis explicativas utilizadas	Tipo de relação (+/-)	Autores
Existência de contrato de isenção fiscal com o país de destino	+	Azémar & Dharmapala (2019)
Atribuição de incentivos fiscais às empresas investidoras	+	Aprian & Irawan (2019), van Parys & James (2010) e Wang et al. (2012)
Custos associados ao cumprimento das obrigações fiscais	-	van Parys & James (2010)
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	Kersan-Škabić (2015), Martinez-Vazquez et al. (2018), Muthitacharoen (2019), Silva & Lagoa (2018), Wijeweera & Clark (2006) e Wijeweera & Mounter (2007)
Diferencial de imposto (diferença entre as taxas de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos países anfitrião e de destino)	+	Hansson & Olofsdotter (2013)
Impostos indiretos	-	Buettner & Wamser (2009) e Ibrahim & Hassan (2013)
Carga fiscal sobre o comércio internacional (taxas e direitos aduaneiros)	-	Buettner & Wamser (2009)
Taxa de câmbio	-	Ibrahim & Hassan (2013)
Taxa de inflação	-	Ibrahim & Hassan (2013)
Adoção das IFRS	+	Aprian & Irawan (2019)
Dimensão da economia informal do país anfitrião	+	Ali & Bohara (2017)
PIB per capita	+	Ibrahim & Hassan (2013), Kersan-Škabić (2015) e Wang et al. (2012)
Recetividade ao IDE	+	Ibrahim & Hassan (2013), Murthy & Bhasin (2015) e Wang et al. (2012)

Presença de economias de aglomeração no país de destino	+	Hansson & Olofsdotter (2013)
Existência de acordos de eliminação da dupla tributação	+	Murthy & Bhasin (2015)
Dimensão do mercado do país de destino	+	Ibrahim & Hassan (2013) e Kersan-Škabić (2015)
Dimensão da empresa investidora	+	Wang et al. (2012)
Duração do mandato governamental	-	Wang et al. (2012)
Índice de corrupção	-	Martinez-Vazquez et al. (2018)
Rede de infraestruturas	+	Martinez-Vazquez et al. (2018)

2.4.3. Outros

Tal como mencionado anteriormente, os investigadores, muitas vezes, optam por relacionar o IDE com outras temáticas. No entanto, existem autores que não tratam este tipo de investimento nem como variável dependente nem como variável explicativa, tais como, Arena e Roper (2010), Azevedo et al. (2019), Bárcena-Ruiz e Garzón (2017), Brazys (2014), Buckley et al. (2015), Dam e Scholtens (2012), De Feo e Amerighi (2014), Deng et al. (2012), Diriba, Ghadai e Misra (2019), Dodonova e Khoroshilov (2007), Gautier (2017), Hristu-Varsakelis et al. (2011), Hung e Chang (2019), Jensen e Lindstädt (2012), Kim et al. (2012), Kuo, Lee e Wu (2018), Lahiri e Ono (2015), Nguyen, Tham, Khatibi e Azam (2019), Pandey (2019), Parcero (2007), Popescu (2014), Simmons (2006), ŚLUSARCZYK (2018), Sutherland e Anderson (2015) e Švaljek (2005).

A título exemplificativo, Azevedo et al. (2019) estudam acordos de investimento direto estrangeiro que conferem às empresas uma taxa de imposto mais baixa durante um período de isenção temporária de impostos. O modelo desenvolvido por estes investigadores permite concluir que a duração da isenção temporária de impostos pode ter, para reduções pouco significativas da taxa de imposto, um efeito não-monotónico no momento da decisão de investimento. Por outro lado, para reduções suficientemente consideráveis da taxa de imposto, um período de isenção temporária de impostos mais longo acelera o investimento.

O estudo de Gautier (2017), por sua turno, explora as condições sob as quais as taxas sobre as emissões e / ou conteúdo local podem reduzir as emissões e incentivar o IDE. A análise deste

investigador indica que a livre entrada desempenha um papel preponderante na adoção de uma determinada política. Nesse sentido, na presença de uma livre entrada mais indulgente (mais rigorosa), a política é consistente com o controlo de emissões e a promoção de empresas estrangeiras menos poluentes e mais eficientes, desde que o IDE seja promovido através do conteúdo local (tributação). Tal conclusão ilustra o potencial de políticas mais rigorosas.

Já a investigação de Kim et al. (2012) explora os impactos dos regimes comerciais preferenciais nas estratégias de localização do IDE de uma empresa multinacional, bem como nas políticas de concorrência fiscal de países que competem por IDE. Com base num modelo em que três países assimétricos competem entre si por entradas de IDE, os autores demonstram que as pequenas economias são as que mais beneficiam da formação de acordos comerciais preferenciais. De facto, a formação deste tipo de acordos proporciona uma vantagem competitiva para os países membros de pequena dimensão, o que conduz a que consigam captar um maior volume de IDE.

Por outro lado, o estudo de Popescu (2014) discute as principais tendências da literatura acerca da influência do IDE e das exportações no crescimento económico, do impacto das políticas fiscais no IDE, do processo de recuperação económica da região da Europa Central e de Leste (“CEE”) e, por último, dos determinantes do IDE nessa região. A análise concretizada pelo referido investigador contribui, portanto, para a investigação relativa ao IDE como mecanismo na transição para o mercado, às diferenças nos métodos de desenvolvimento suportados pelo IDE entre os países da CEE, ao impacto do IDE na convergência da produtividade na CEE e à atual desaceleração do crescimento na Europa emergente.

Por fim, Simmons (2006) estuda a evolução das taxas de imposto (taxas nominais do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, taxas marginais efetivas de imposto e taxas de imposto médias efetivas) e das receitas fiscais, com o objetivo de averiguar a existência de concorrência fiscal. A análise revela uma diminuição e convergência significativas das taxas nominais e efetivas do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas nos últimos anos, sugerindo, assim, a existência de pressões competitivas. No que concerne à evolução das receitas fiscais, não foram encontradas evidências da redução das receitas resultantes da tributação do rendimento das sociedades.

Após se ter procedido a uma análise detalhada das investigações que têm vindo a ser realizadas no domínio da relação entre a fiscalidade e o investimento direto estrangeiro, será de seguida clarificada a metodologia utilizada na concretização deste estudo empírico. Por outras

palavras, serão explicadas as etapas fundamentais à prossecução dos objetivos desta investigação.

3. METODOLOGIA

Esta secção tem como propósito fundamental a caracterização das etapas necessárias à concretização do estudo em causa, sendo que se encontra dividida em seis partes distintas.

A primeira parte especifica o tipo de metodologia adotada para a realização deste estudo. A segunda parte concerne aos critérios nos quais se baseou a escolha dos dados, bem como ao método de recolha de dados empregue. A terceira parte respeita à seleção da amostra da investigação. As variáveis definidas para a execução do estudo são apresentadas na quarta parte. Na quinta parte, descrevem-se os métodos de tratamento dos dados utilizados. Por fim, na sexta e última parte, avalia-se o risco de enviesamento, compreendendo o risco entre os diversos estudos e o risco nas investigações individuais.

3.1. Tipo de metodologia adotada

Tal como referido anteriormente, foi adotada a revisão sistemática da literatura como metodologia de investigação.

O objetivo fundamental de uma revisão sistemática da literatura consiste em proporcionar uma visão global do estado da arte de um domínio da investigação, sendo que pode implicar a identificação de lacunas na literatura. Nesse sentido, as técnicas e os métodos utilizados para assegurar o cumprimento do referido objetivo devem ser sólidos e estão sujeitos a constantes atualizações.

A adoção desta metodologia fundamentou-se, portanto, na necessidade de compilação e análise de grandes conjuntos de dados referentes aos estudos existentes acerca da temática escolhida.

A utilização da revisão sistemática da literatura como metodologia de investigação tem vindo a aumentar significativamente, pelo que têm surgido cada vez mais recomendações para conduzir este tipo de estudo.

Face ao exposto, a presente investigação baseia-se na recomendação PRISMA (Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises).

O PRISMA consiste num conjunto mínimo de itens para reportar revisões sistemáticas. Ainda que o PRISMA se concentre no relato de revisões que avaliam estudos aleatorizados,

pode igualmente ser utilizado como base para relatar revisões sistemáticas de outros tipos de investigação, particularmente avaliações e intervenções.

O principal objetivo do PRISMA é, deste modo, auxiliar os autores a melhorar o relato das suas revisões sistemáticas e meta-análises.

3.2. Método de recolha de dados

Este estudo teve início com a pesquisa de artigos publicados em revistas científicas até 31 de dezembro de 2019 alusivos à relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade.

A triagem dos artigos baseou-se nos seguintes critérios: (1) terem *FDI* e *Tax* como palavras-chave e (2) estarem indexados à base de dados bibliográfica *Scopus*. Além disso, de modo a que a investigação considere todos os artigos existentes acerca da referida temática, não foi estabelecido qualquer limite temporal.

Após a definição dos critérios acima mencionados, foi elaborada uma base de dados em formato *Excel*. Este método de recolha de dados permitiu a organização eficiente da informação contida nos artigos selecionados, possibilitando, assim, um estudo minucioso e apropriado da temática em questão.

Os artigos retirados da *Scopus* foram ainda introduzidos no *software VOSviewer*, um instrumento que possibilita uma análise mais prática e intuitiva dos dados recolhidos, nomeadamente, através da construção de mapas bibliográficos.

3.3. Definição da amostra

Clarificados os critérios de pesquisa com base nos quais os dados foram recolhidos, define-se agora a amostra do estudo.

Da recolha de dados resultaram 60 artigos, no entanto, 7 foram retirados. A sua exclusão deveu-se ao facto de não se encontrarem disponíveis.

A Tabela 3.1 sumaria os artigos elegíveis para a concretização desta investigação.

Tabela 3.1 - Número de artigos elegíveis para a concretização da investigação

Total de artigos	60
Artigos indisponíveis	7
Artigos elegíveis	53

De seguida, procedeu-se à construção da Tabela 3.2, a qual sintetiza a tipologia dos artigos elegíveis para a execução desta investigação. Depreende-se, através da observação da mesma, que a grande maioria das investigações apresenta carácter explicativo, empregando bases de dados na sua metodologia.

Tabela 3.2 - Tipologia dos artigos selecionados

Base de dados	33
Estudos de caso	4
Questionário e/ou entrevista	2
Revisão de literatura	4
Exploratórios	10
Total	53

Face ao exposto, constata-se que a amostra deste estudo é constituída por um total de 53 artigos. Dado que o primeiro artigo identificado foi publicado em 2005 e o último em 2019, o período temporal abrangido é de 14 anos.

Por fim, a Tabela 3.3 expõe os artigos que compõem a amostra da presente investigação, assim como o(s) seu(s) autor(es), o seu ano de publicação, o tipo de investigação, as principais fontes de informação, a amostra utilizada e o período de análise.

Tabela 3.3 - Artigos que integram a amostra do estudo

Artigo	Autor(es)	Tipo de investigação	Principais fontes	Amostra	Período de análise
<i>Enhancing the capacity of tax authorities and its impact on transfer pricing activities of FDI enterprises in Ha Noi, Ho Chi Minh, Dong Nai, and Binh Duong province of Vietnam</i>	Nguyen, Tham, Khatibi, & Azam (2019)	Questionário e/ou entrevista		150 empresas estrangeiras localizadas em quatro províncias do Vietname (Ha Noi, Ho Chi Minh, Dong Nai e Binh Duong)	
<i>Does FDI drive economic growth? Evidence from city data in China</i>	Wu, Yuan, Wang, Cao, & Zhou (2019)	Base de dados	<i>Chinese City Statistical Yearbook (CCSY), National Bureau of Statistics e CIEC China Premium Database</i>	285 cidades chinesas	1998-2014
<i>The impact of tax incentives and IFRS adoption on foreign direct investment in ASEAN countries</i>	Aprian & Irawan (2019)	Base de dados	<i>World Bank, EY, PwC e Deloitte Touche Tohmatsu LLC</i>	9 países da ANASE	2006-2015
<i>Assessing the importance of taxation on FDI: Evidence from South-East Asian developing countries</i>	Muthitacharoen (2019)	Base de dados	CNUCED, <i>World Bank</i> e <i>APO Productivity</i>	5 “países anfitriões” (Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietname) e 16 “países de origem” (Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Hong Kong, Itália, Japão, Holanda, Portugal,	2002-2013

				Singapura, Coreia do Sul, Espanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos)	
<i>Why has the United States continued to receive net investment income as a debtor country?</i>	Hung & Chang (2019)	Base de dados	<i>Bureau of Economic Analysis (BEA), Standard & Poor's, KPMG e OCDE</i>	Estados Unidos e outros 48 países (que detêm, em média, pelo menos 0,2% do <i>stock</i> de ativos de investimento direto dos Estados Unidos)	1994-2013
<i>Ethiopia as a newly emerging global textile centre: A review</i>	Diriba, Ghadai, & Misra (2019)	Estudo de caso	<i>Deloitte, International Trade Centre, Nações Unidas, Ethiopian Central Statistical Agency e Ethiopian Revenues & Customs Authority</i>	Etiópia	
<i>Amendment of India Mauritius DTAA and its impact on foreign investment in India</i>	Pandey (2019)	Estudo de caso	<i>Department for Promotion of Industry and Internal Trade, Ministry of Commerce & Industry</i>	República da Maurícia	2000-2007
<i>Foreign direct investment with tax holidays and policy uncertainty</i>	Azevedo, Pereira, & Rodrigues (2019)	Exploratória			

<i>Tax sparing agreements, territorial tax reforms, and foreign direct investment</i>	Azémar & Dharmapala (2019)	Base de dados	OCDE, <i>World Bank</i> , CNUCED e <i>EY</i>	23 países da OCDE	2002-2012
<i>The effect of investing abroad on investment at home: On the role of technology, tax savings, and internal capital markets</i>	Goldbach, Nagengast, Steinmüller, & Wamser (2019)	Base de dados	Banco Central alemão, <i>German Statistical Office</i> e <i>World Bank</i>	2 234 multinacionais	2000-2013
<i>Corporate tax and location choice for multinational firms</i>	Lawless, McCoy, Morgenroth, & O'Toole (2018)	Base de dados	<i>Bureau van Dijk AMADEUS</i> , <i>EU Commission</i> e <i>World Bank</i>	3 238 novas afiliadas estrangeiras estabelecidas em 26 países europeus	2005-2012
<i>Environmental policy and labour market imperfection</i>	Kuo, Lee, & Wu (2018)	Exploratória			
<i>Corporate taxes and the location of FDI in Europe: The importance of economic integration and project characteristics</i>	Silva & Lagoa (2018)	Base de dados	<i>EY</i> , <i>Eurostat</i> e <i>European Commission</i>	20 886 projetos de IDE implementados em 29 países europeus	1998-2006
<i>Tax incentives as a main factor to attract foreign direct investments in Poland</i>	ŚLUSARCZYK (2018)	Base de dados	OCDE	Todas as 14 zonas económicas especiais da Polónia	2004-2016
<i>Environmental policy, North-South trade and FDI</i>	Bárcena-Ruiz & Garzón (2017)	Exploratória			

<i>Local content and emission taxes when the number of foreign firms is endogenous</i>	Gautier (2017)	Exploratória			
<i>EU accession and foreign-owned firms in Bulgaria</i>	Feliciano & Doytch (2017)	Base de dados	<i>World Bank, CNUCED e Banco Central da Bulgária</i>	856 empresas localizadas nas quatro maiores cidades da Bulgária	2007
<i>Impact of corporate taxation on unemployment</i>	Zirgulis & Šarapovas (2017)	Base de dados	<i>OCDE, World Bank e Oxford University Centre for Business Taxation</i>	41 países	2001-2012
<i>How does FDI respond to the size of shadow economy: An empirical analysis under a gravity model setting</i>	Ali & Bohara (2017)	Base de dados	<i>OCDE, World Bank, Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII) e Economic Freedom Network (EFN)</i>	34 países da OCDE	1999-2007
<i>Is foreign direct investment effective from the perspective of tax avoidance? An analysis of tax avoidance through the international transfer pricing behaviours of Korean corporations</i>	Park, Park, Sun, & Woo (2016)	Base de dados	<i>Korea Exchange (KRX)</i>	4 585 empresas coreanas	2001-2010

<i>The determinants of tax haven FDI</i>	Jones & Temouri (2016)	Base de dados	<i>Bureau van Dijk Orbis, Eurostat e Oxford Centre for Business Taxation</i>	14 209 multinacionais localizadas em 12 países da OCDE	2002-2010
<i>The impact of bilateral tax treaties: A multi-country analysis of FDI inflows into India</i>	Murthy & Bhasin (2015)	Base de dados	FMI e governo indiano	14 países	1993-2011
<i>Tax havens and the production of offshore FDI: An empirical analysis</i>	Haberly & Wójcik (2015)	Base de dados	FMI	Conjunto de países considerados paraísos fiscais	2010
<i>The pitfalls of using foreign direct investment data to measure Chinese multinational enterprise activity</i>	Sutherland & Anderson (2015)	Revisão de literatura	<i>MOFCOM e Thomson One</i>	100 multinacionais chinesas	
<i>Institutional impact of foreign direct investment in China</i>	Long, Yang, & Zhang (2015)	Base de dados	<i>World Bank e National Bureau of Statistics of China (NBS)</i>	12 400 empresas localizadas em 120 cidades chinesas	2000-2005
<i>Pollution, foreign direct investment, and welfare</i>	Lahiri & Ono (2015)	Exploratória			
<i>The economic geography of offshore incorporation in tax havens and offshore financial centres: The case of Chinese MNEs</i>	Buckley et al. (2015)	Revisão de literatura	MOFCOM e <i>SEC EDGAR</i>	72 empresas chinesas incorporadas nos paraísos fiscais reconhecidos pela OCDE	1999-2010

<i>The importance of corporate taxation for FDI attractiveness of Southeast European countries</i>	Kersan-Škabić (2015)	Base de dados	FMI, <i>The Vienna Institute for International Economic Studies (WIIW)</i> , <i>European Bank for Reconstruction and Development (EBRD)</i> e <i>KPMG</i>	6 países dos Balcãs	2000-2011
<i>Paradise lost: The cost of removing tax and trade provisions from the Compact of Free Association</i>	Brazys (2014)	Estudo de caso		Estados Federados da Micronésia	1986-2001
<i>FDI and economic growth in Central and Eastern Europe</i>	Popescu (2014)	Revisão de literatura	<i>The Vienna Institute for International Economic Studies (WIIW)</i> , <i>Eurostat</i> , FMI e <i>EY</i>	Países da Europa Central e do Leste	2014
<i>Competition for FDI and profit shifting: On the effects of subsidies and tax breaks</i>	De Feo & Amerighi (2014)	Exploratória			
<i>FDI, taxes and agglomeration economies in the EU15</i>	Hansson & Olofsdotter (2013)	Base de dados	<i>Eurostat</i> , <i>KLEMS</i> e OCDE	Países da Europa dos 15	1986-2004
<i>Determinants of foreign direct investment in Sudan: An econometric perspective</i>	Ibrahim & Hassan (2013)	Base de dados	<i>World Bank</i> , Banco Central do Sudão e Ministério das Finanças do Sudão	Sudão	1970-2010

<i>The impacts of PTA formation on small economies' tax competition for FDI inflows</i>	Kim, Kim, & Kim (2012)	Exploratória			
<i>Trading market access for technology? Tax incentives, foreign direct investment and productivity spill overs in China</i>	Deng, Falvey, & Blake (2012)	Exploratória			
<i>Foreign direct investment under a weak rule of law: Theory and evidence from China</i>	Wang, Xu, & Zhu (2012)	Base de dados	<i>World Bank</i>	12 000 empresas situadas em 120 cidades chinesas	2002-2004
<i>The curse of the haven: The impact of multinational enterprise on environmental regulation</i>	Dam & Scholtens (2012)	Base de dados	<i>Ethical Investment Research Service (EIRS), Bureau van Dijk AMADEUS e World Bank</i>	540 multinacionais presentes em 233 países	2004
<i>Leaning right and learning from the left: Diffusion of corporate tax policy across borders</i>	Jensen & Lindstädt (2012)	Base de dados	OCDE e FMI	18 países da OCDE	1980-1998
<i>Taxation and foreign direct investment (FDI): Empirical evidence from a quasi-experiment in China</i>	An (2011)	Base de dados	<i>Chinese Industrial Enterprises Database</i>	45 681 empresas localizadas na China	2002-2008

<i>Public policies and FDI location: Differences between developing and developed countries</i>	Martinez-Vazquez, Zhang, & Goodspeed (2018)	Base de dados	CNUCED, OCDE, <i>World Bank e Bureau of International Analysis (BEA)</i>	53 países	1984-2002
<i>Equilibrium conditions in corporate tax competition and foreign direct investment flows</i>	Hristu-Varsakelis, Karagianni, & Saraidaris (2011)	Base de dados	OCDE, CNUCED, <i>Institute for Fiscal Studies (IFS)</i> e <i>World Bank</i>	12 países da OCDE	1982-2005
<i>The role of the investment climate and tax incentives in the foreign direct investment decision: Evidence from South Africa</i>	Tuomi (2011)	Questionário e/ou entrevista		136 empresas estrangeiras	
<i>The effect of taxes on multinational debt location</i>	Arena & Roper (2010)	Base de dados	<i>Thomson One, SDC, Compustat, PwC, LexisNexis Corporate Affiliations, FMI e World Bank</i>	2 437 empresas com sede em 23 países	1995-2004
<i>The effectiveness of tax incentives in attracting investment: Panel data evidence from the CFA Franc zone</i>	van Parys & James (2010)	Base de dados	<i>EY, FMI e World Bank</i>	12 países da África Subsariana (antigas colónias francesas)	1994-2006

<i>The impact of non-profit taxes on foreign direct investment: Evidence from German multinationals</i>	Buettner & Wamser (2009)	Base de dados	Banco Central alemão, EY, PwC, KPMG, Deloitte e OCDE	Filiais estrangeiras das multinacionais alemãs localizadas em 22 países da OCDE	1996-2004
<i>AVAR analysis of the impacts of company tax rates on foreign direct investment and other macro-economic variables in Australia</i>	Wijeweera & Mounter (2007)	Base de dados	FMI e Australian Bureau of Statistics (ABS)	Austrália	1960-2003
<i>Private savings, growth, dependency ratio and foreign capital: Some issues and lessons from Malaysia</i>	Thanoon & Baharumshah (2007)	Base de dados	Bancos Centrais do Sudeste Asiático, World Bank e FMI	Malásia	1960-2000
<i>Inter-jurisdiction subsidy competition for a new production plant: What is the central government optimal policy?</i>	Parcero (2007)	Exploratória			
<i>Income repatriation decision for multinational corporations: Tax issues</i>	Dodonova & Khoroshilov (2007)	Exploratória			
<i>Taxation and foreign direct investment inflows: Time series evidence from the US</i>	Wijeweera & Clark (2006)	Base de dados	Bureau of Economic Analysis (BEA) e FMI	Estados Unidos	1957-2002

<i>Does recent empirical evidence support the existence of international corporate tax competition?</i>	Simmons (2006)	Revisão de literatura	<i>Institute of Fiscal Studies (IFS) e OCDE</i>	19 países	1982-2003
<i>Endogenous pollution havens: Does FDI influence environmental regulations?</i>	Cole, Elliott, & Fredriksson (2006)	Base de dados	<i>Octel, CNUCED e World Bank</i>	33 países	1982-1992
<i>The 2000 tax reform in Croatia: Causes and consequences</i>	Švaljek (2005)	Estudo de caso	Ministério das Finanças da Croácia, administração fiscal croata, CNUCED e OCDE	Croácia	1994-2000

3.4. Definição das variáveis de investigação

O presente estudo tem como objetivo fundamental a análise de um conjunto de variáveis que permitam caracterizar os artigos da amostra, assim como os respetivos autores, tal como mencionado na secção “Objetivos do estudo”. De modo a alcançar o objetivo proposto, foram construídas duas bases de dados. A primeira base de dados concerne à informação contida nos artigos selecionados, sendo que a segunda respeita às características dos investigadores. O método utilizado para a construção das referidas bases de dados fundamenta-se naquele empregue por Scapens e Bromwich (2010), no sentido em que a informação foi extraída diretamente dos artigos através da sua análise.

3.4.1. Base de dados relativa à informação contida nos artigos

A construção desta base de dados teve como principal propósito uma rigorosa análise da informação contida nos artigos. Nesse sentido, foram concebidas as seguintes variáveis: nome do artigo, ano de publicação e revista na qual foi publicado.

No que respeita à variável “nome do artigo”, foi criada uma linha para cada artigo, uma vez que não existem artigos com nome idêntico.

Relativamente às variáveis “ano de publicação” e “revista”, procedeu-se ao agrupamento dos artigos publicados no mesmo ano ou na mesma revista científica.

3.4.2. Base de dados relativa ao perfil dos investigadores

A criação desta base de dados permitiu um minucioso exame das características dos autores responsáveis pela publicação dos artigos que compõem a amostra. Desta feita, foram desenvolvidas as seguintes variáveis: autor, tipo de autoria, produtividade dos autores e país / continente de afiliação.

É bastante comum um artigo ser da autoria de mais do que um investigador. Deste modo, em relação a variável “autor”, foram criadas tantas linhas quanto o número de investigadores responsáveis pela autoria dos artigos. Por exemplo, para um artigo com três autores, foram criadas três linhas.

A variável “tipo de autoria” foi estudada através da conceção de dois grupos distintos, o grupo de autoria individual e o grupo de autoria coletiva. Esta diferenciação relaciona-se com

o número de investigadores responsáveis pela autoria do artigo. Destarte, se o artigo for da autoria de apenas um investigador, integra o grupo de autoria individual. Se, por contraste, o artigo tiver sido publicado por mais do que um autor, insere-se no grupo de autoria coletiva.

No que concerne à variável “produtividade dos autores”, visto que existem investigadores responsáveis pela publicação de mais do que um artigo, foi efetuada uma análise da frequência de cada investigador na amostra.

Por fim, e tal como já foi mencionado, optou-se pela inclusão da variável “país de afiliação dos investigadores”. O método utilizado para a identificação do país de afiliação dos autores à data da publicação dos respetivos artigos foi o de Kasanen e Lukka (1996). De acordo com os referidos autores, a identificação do país de afiliação do investigador decorre da identificação da instituição de ensino à qual o mesmo se encontrava associado no momento em que o seu artigo foi publicado.

Não obstante o acima mencionado, e ainda que seja invulgar suceder, existem autores que não se encontram afiliados a instituições de ensino, mas antes a entidades bancárias ou governamentais do seu país.

3.5. Tratamento de dados

Este tópico tem como principal objetivo esclarecer o modo como os dados foram tratados e examinados, procedendo-se, desta feita, a uma breve explicação acerca das ferramentas necessárias à prossecução dos objetivos deste estudo.

O *software Excel* foi uma das ferramentas utilizadas. A escolha desta ferramenta foi motivada pela facilidade com que os dados podem ser estudados, designadamente, através do seu agrupamento em tabelas de frequências ou gráficos diversos. Conclui-se, portanto, que a ferramenta em questão possibilitou uma análise eficaz e consistente das variáveis de investigação acima definidas.

Como complemento à ferramenta *Excel*, foi ainda utilizado um outro *software*, o *VOSviewer*, o qual permite a construção e a visualização de mapas bibliográficos. A preferência por esta ferramenta baseou-se na facilidade de interpretação da informação retirada dos artigos, contribuindo para que a análise da amostra do presente estudo fosse mais rigorosa e pormenorizada.

No que respeita à construção dos mapas bibliográficos, os dados introduzidos no referido *software* foram agrupados através de *clusters*, evidenciando, assim, as associações existentes entre os diferentes artigos científicos e investigadores.

Face ao exposto, estes mapas tiveram como objeto analisar as temáticas mais frequentemente investigadas, os artigos mais referenciados na amostra, o tipo de relações entre os diversos autores e as co-citações.

3.6. Risco de enviesamento

Existem dois tipos de risco de enviesamento, o risco de enviesamento entre estudos e o risco de enviesamento nas investigações individuais.

O subtópico 3.6.1. especifica a avaliação do risco que possa afetar a evidência cumulativa. Por sua vez, o subtópico 3.6.2. descreve os métodos utilizados para avaliar o risco de enviesamento das investigações individuais (incluindo a indicação se tal foi feito ao nível do estudo ou dos resultados).

3.6.1. Risco de enviesamento entre os estudos

A relação entre a fiscalidade e o investimento direto estrangeiro não é constante, diferindo, portanto, de região para região. De facto, o impacto da fiscalidade no investimento direto estrangeiro, e vice-versa, depende de inúmeros fatores, nomeadamente, do nível de desenvolvimento do país, bem como das suas características específicas (grau de corrupção, políticas ambientais, etc.).

Nesse sentido, por forma a tornar este estudo o mais abrangente possível, diminuindo, desta forma, o risco associado à análise de um conjunto restrito de realidades socioeconómicas e fiscais, foram selecionadas investigações que consideram dados de países ou regiões com características bastante distintas entre si, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento.

3.6.2. Risco de enviesamento nas investigações individuais

Muitos autores admitem a possibilidade de enviesamento dos resultados das suas investigações, uma vez que os dados utilizados para a concretização das mesmas podem incluir o denominado investimento *offshore*, isto é, o investimento que tem subjacente a transferência de capitais para paraísos fiscais, não refletindo, deste modo, o nível de investimento direto real dos países objeto de estudo.

Com o intuito de reduzir este risco, e ainda que as estatísticas agregadas proporcionem uma explicação mais abrangente das atividades gerais de investimento de um determinado país ou região, alguns investigadores optam por utilizar dados ao nível da empresa, designadamente, informações respeitantes a projetos de investimento direto estrangeiro realizados por multinacionais. Assim, torna-se possível a distinção entre atividade real e transações puramente financeiras.

Após ter sido apresentada a metodologia adotada, na secção seguinte serão expostos os principais resultados obtidos no âmbito desta investigação.

4. RESULTADOS

A concretização da análise estatística do presente estudo dependeu da criação de um conjunto de variáveis, tendo-se como finalidade a caracterização da investigação empírica alusiva à relação entre o investimento direto estrangeiro e a fiscalidade.

Os resultados apresentados encontram-se divididos em dois grupos distintos. O primeiro grupo respeita à informação contida nos artigos, sendo que o segundo concerne às características dos autores.

Após a apresentação dos resultados da investigação, será discutida a avaliação do risco de enviesamento.

4.1. Tipologia dos artigos

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, um dos objetivos desta investigação corresponde à análise da informação contida nos artigos que integram a amostra. Desta feita, foram estudadas as seguintes variáveis: ano de publicação do artigo e revista na qual foi publicado, temáticas mais investigadas, artigos mais citados e número de citações.

4.1.1. Distribuição dos artigos por ano e por revista

Em conformidade com o que foi referido na metodologia, a presente investigação fundamentou-se na análise de 53 artigos. Atendendo à informação constante da Tabela 4.1, o primeiro artigo foi publicado em 2005 e o último em 2019, pelo que se verifica que esta investigação abrange um período temporal de 14 anos.

A Tabela 4.1 permite concluir que as publicações relativas à temática em questão têm vindo a aumentar ao longo do tempo, sendo que 39 dos 53 artigos que compõem a amostra foram publicados entre 2012 e 2019.

Está claro que o aumento do número de artigos publicados suscita o aumento das discussões acerca dos temas. Nesse sentido, constata-se um significativo aumento da relevância científica da temática em estudo.

Tabela 4.1 - Distribuição dos artigos por ano

Anos	Número de artigos publicados
2005	1
2006	3
2007	4
2008	0
2009	1
2010	2
2011	3
2012	6
2013	2
2014	3
2015	7
2016	2
2017	5
2018	4
2019	10
Total	53

Indo ao encontro dos dados acima expostos, a análise do Gráfico 4.1 possibilita a confirmação de que o número de artigos publicados tem vindo a aumentar ao longo do tempo, sendo que o ano de 2019 foi o ano em que mais artigos foram publicados (10 artigos). Pelo contrário, os anos de 2005 (1 artigo), 2008 (0 artigos) e 2009 (1 artigo) foram os anos em que se registou um menor número de publicações.

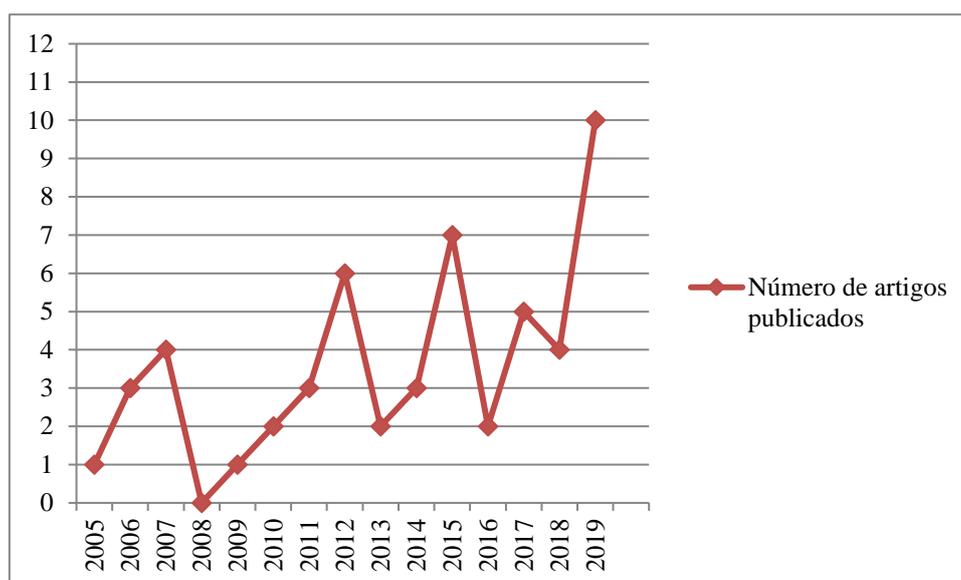


Gráfico 4.1 - Evolução da publicação de artigos ao longo dos anos

Não obstante, ainda que a tendência seja de crescimento, note-se que em determinados períodos verificou-se um desacelerar nesta evolução, designadamente, nos anos de 2013 (2 artigos), 2014 (3 artigos) e 2016 (2 artigos).

No que concerne à publicação dos artigos em revistas académicas, conclui-se que não existe qualquer domínio de nenhuma delas. Por outras palavras, os artigos que integram a amostra do presente estudo encontram-se publicados nas mais diversas revistas científicas. De facto, a Tabela 4.2 revela que estes artigos se encontram publicados em 45 revistas distintas. Além disso, é igualmente possível constatar que, da totalidade das revistas científicas identificadas, apenas 8 têm mais do que 1 artigo publicado, sendo que a revista mais frequente é a *International Tax and Public Finance*, com um total de 3 artigos publicados (5,66%).

Adicionalmente, por forma a aferir o impacto mundial de cada uma das revistas científicas consideradas nesta investigação, optou-se pela inclusão de outras métricas, tais como, o total de citações e o *h index*.

O total de citações corresponde ao número total de citações e autocitações das revistas científicas recebidas por documentos publicados de uma revista científica durante os três anos anteriores.

Por seu turno, o *h index* consiste numa proposta para quantificar a produtividade e o impacto de investigações individuais ou coletivas, sendo que se baseia nos artigos científicos mais citados.

Tabela 4.2 - Distribuição dos artigos por revista científica

Revista científica	Número de artigos publicados	%	País	<i>h index</i>	Total de citações	Ano da primeira publicação
<i>International Tax and Public Finance</i>	3	5,66%	Estados Unidos	46	2.372	1994
<i>Applied Economics</i>	2	3,77%	Reino Unido	78	14.065	1969
<i>Economic Modelling</i>	2	3,77%	Holanda	68	16.065	1984
<i>Journal of Economic Geography</i>	2	3,77%	Reino Unido	96	8.644	2001
<i>Global Economic Review</i>	2	3,77%	Reino Unido	17	486	1996
<i>FinanzArchiv</i>	2	3,77%	Alemanha	17	403	1981
<i>International Journal of Recent Technology and Engineering</i>	2	3,77%	Índia	17	31	2018
<i>International Journal of Finance and Economics</i>	1	1,89%	Estados Unidos	37	1.220	1996
<i>Journal of Public Economics</i>	1	1,89%	Holanda	134	14.020	1972
<i>Journal of International Economics</i>	1	1,89%	Holanda	128	12.610	1971
<i>Bulletin of Economic Research</i>	1	1,89%	Reino Unido	28	779	1948
<i>Economic Annals</i>	1	1,89%	Sérvia	11	241	2007
<i>Administratie si Management Public</i>	1	1,89%	Roménia	12	495	2013

<i>Journal of Industry, Competition and Trade</i>	1	1,89%	Holanda	21	635	2005
<i>Journal of Economics/ Zeitschrift für Nationalökonomie</i>	1	1,89%	Áustria	30	1.252	1930
<i>Post-Communist Economies</i>	1	1,89%	Reino Unido	25	1.311	1999
<i>Journal of Business Economics and Management</i>	1	1,89%	Lituânia	33	3.154	2003
<i>International Economic Journal</i>	1	1,89%	Reino Unido	24	679	1987
<i>Journal of Applied Business Research</i>	1	1,89%	Estados Unidos	20	1.225	2005
<i>Journal of World Business</i>	1	1,89%	Reino Unido	104	10.732	1997
<i>Journal of International Trade and Economic Development</i>	1	1,89%	Reino Unido	28	1.114	1992
<i>China Quarterly</i>	1	1,89%	Reino Unido	80	4.992	1960
<i>World Development</i>	1	1,89%	Reino Unido	164	32.913	1973
<i>Research in Economics</i>	1	1,89%	Estados Unidos	25	910	1997
<i>Panoeconomicus</i>	1	1,89%	Sérvia	13	691	2009
<i>Asia and the Pacific Policy Studies</i>	1	1,89%	Reino Unido	12	607	2014
<i>Sustainability</i>	1	1,89%	Suiça	68	55.787	2009
<i>Journal of North African Studies</i>	1	1,89%	Reino Unido	21	943	1996
<i>Journal of Policy Modeling</i>	1	1,89%	Holanda	48	4.074	1979
<i>Economics of Transition</i>	1	1,89%	Reino Unido	48	2.082	1993

<i>Ecological Economics</i>	1	1,89%	Holanda	189	45.406	1989
<i>Comparative Political Studies</i>	1	1,89%	Estados Unidos	102	9.217	1968
<i>Journal of African Business</i>	1	1,89%	Estados Unidos	26	1.009	2000
<i>Journal of Corporate Finance</i>	1	1,89%	Holanda	91	9.049	1994
<i>Savings and Development</i>	1	1,89%	Itália	14	122	1982
<i>Regional Science and Urban Economics</i>	1	1,89%	Holanda	73	5.337	1973
<i>Journal of Accounting and Public Policy</i>	1	1,89%	Holanda	70	3.010	1982
<i>Journal of International Accounting, Auditing and Taxation</i>	1	1,89%	Reino Unido	39	760	1992
<i>Scandinavian Journal of Economics</i>	1	1,89%	Reino Unido	63	3.046	1977
<i>Ekonomski Pregled</i>	1	1,89%	Croácia	9	266	1971
<i>Management Science Letters</i>	1	1,89%	Canadá	13	502	2017
<i>Emerging Markets Finance and Trade</i>	1	1,89%	Estados Unidos	29	3.693	2002
<i>International Journal of Innovation, Creativity and Change</i>	1	1,89%	Reino Unido	11	634	2013
<i>eJournal of Tax Research</i>	1	1,89%	Austrália	7	156	2011

<i>World Economy</i>	1	1,89%	Reino Unido	64	6.305	1977
Total	45	100,00 %				

Dada a significativa dispersão dos artigos publicados e com o intuito de simplificar a análise, decidiu-se pela construção de um gráfico circular. Este gráfico apenas considera as revistas com pelo menos 2 artigos publicados.

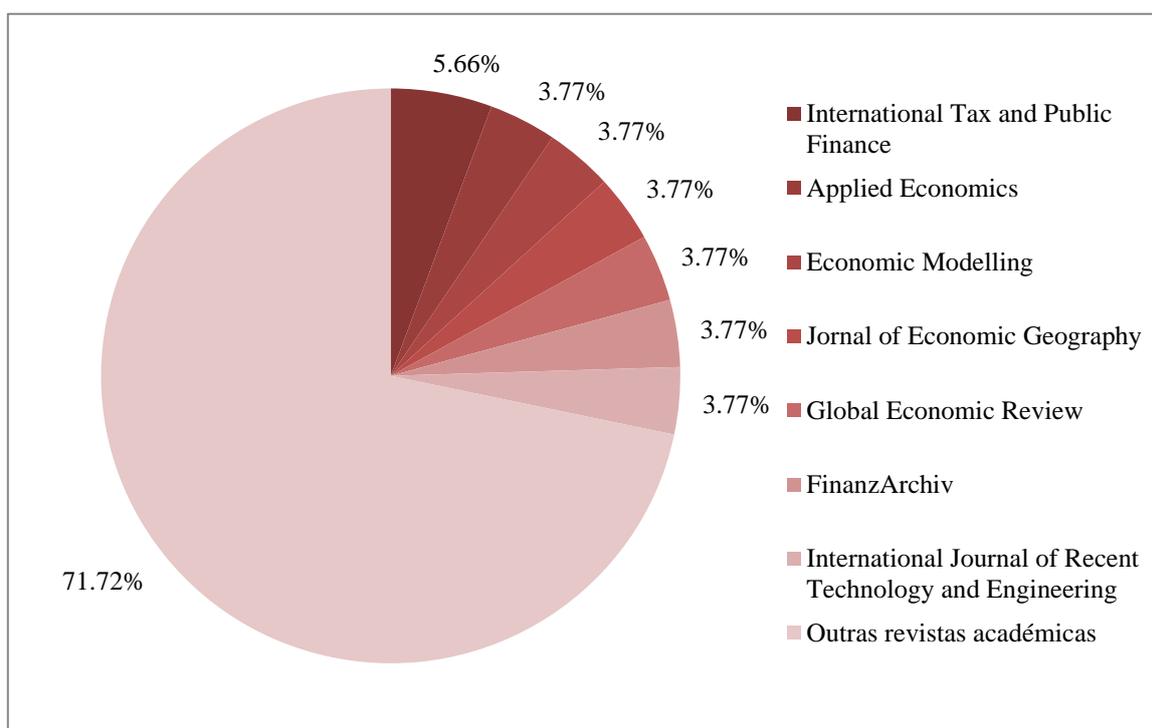


Gráfico 4.2 - Revistas com o maior número de artigos publicados

Através da observação do Gráfico 4.2, é possível concluir que apenas 7 revistas científicas (*International Tax and Public Finance*, *Applied Economics*, *Economic Modelling*, *Jornal of Economic Geography*, *Global Economic Review*, *FinanzArchiv* e *International Journal of Recent Technology and Engineering*) têm pelo menos 2 artigos publicados. Ademais, o gráfico em causa indica que as 7 revistas em conjunto apenas possuem 28,28% dos artigos da amostra em estudo, o que comprova a referida dispersão.

Por último, a Figura 4.1 ilustra as principais categorias da *Scopus* para as quais as revistas científicas consideradas nesta revisão sistemática da literatura são classificadas. As principais

categorias são as seguintes: “Economia, Econometria e Finanças”, “Negócios, Gestão e Contabilidade” e “Ciências Sociais”.

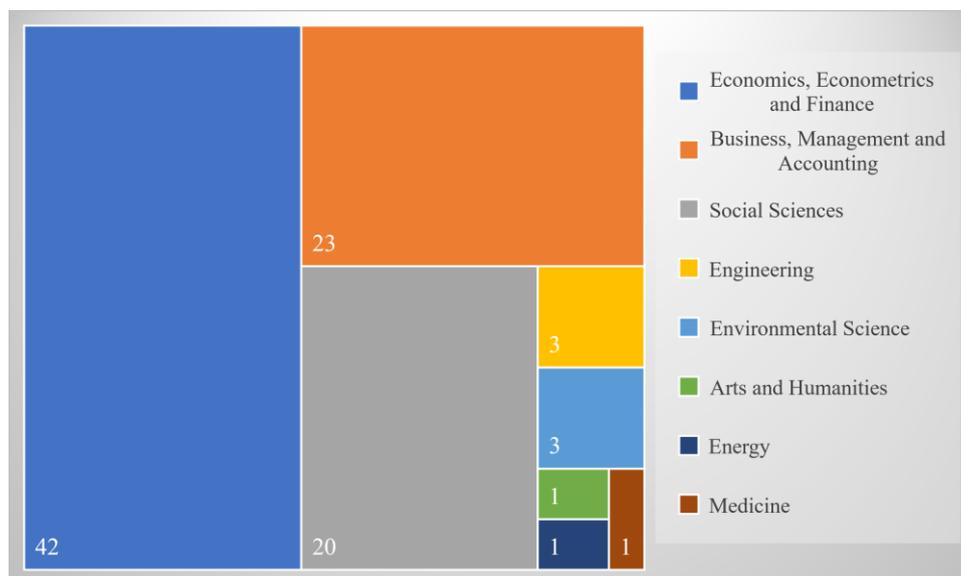


Figura 4.1 - Categorias da *Scopus*

4.1.2. Temáticas mais investigadas

O estudo das palavras-chave dos artigos da amostra permitiu averiguar quais os fenómenos fiscais associados ao IDE mais frequentemente investigados.

Esta análise foi concretizada através da construção de um mapa bibliográfico, sendo que cada palavra-chave se encontra representada por um círculo. Entre cada círculo existe uma ligação, que é representada por uma linha. Visto que as palavras-chave dos artigos possibilitam o entendimento da questão central dos mesmos, cada palavra-chave corresponde a uma temática diferente.

A dimensão de cada círculo varia de acordo com a frequência das palavras-chave, pelo que determina o grau de relevância da temática. Por seu turno, a distância entre os círculos é condicionada pela relação entre as diversas temáticas, ou seja, quanto mais duas temáticas estiverem relacionadas entre si, mais próximas se apresentarão no mapa.

Tendo por base a Figura 4.2, conclui-se que a investigação alusiva à relação entre o IDE e a fiscalidade se encontra fortemente relacionada com o sistema fiscal do país anfitrião (*tax system*). A referida investigação foca ainda outras temáticas, designadamente, o investimento

offshore (tax havens), o crescimento económico (*economic growth*), a política fiscal do país de destino (*fiscal policy*), as diferentes taxas sobre o rendimento das pessoas coletivas (*corporate taxes*), a concessão de incentivos fiscais ao investimento (*tax incentives*), a presença de multinacionais (*multinational enterprise*) e a concorrência fiscal (*fiscal policy*).

Depreende-se, portanto, que alguns autores optam por avaliar o impacto da atribuição de incentivos fiscais e das taxas de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas na atração de IDE. Outros investigadores, por sua vez, estudam a relação entre o IDE e o crescimento económico do país de destino. Há ainda autores que atribuem particular atenção ao investimento que tem subjacente a transferência de capitais para paraísos fiscais, assim como à concorrência fiscal motivada pelo IDE.

Ademais, constata-se, através da análise da Figura 4.2, que as palavras-chave “*fiscal policy*” e “*tax competition*” se relacionam entre si (dado que se apresentam próximas no mapa bibliográfico), o que significa que estas temáticas são frequentemente abordadas em conjunto.

Por fim, note-se que também a palavra-chave “*china*” se encontra representada no mapa, pelo que é possível concluir que existe um número considerável de investigações que utiliza dados referentes a este país.

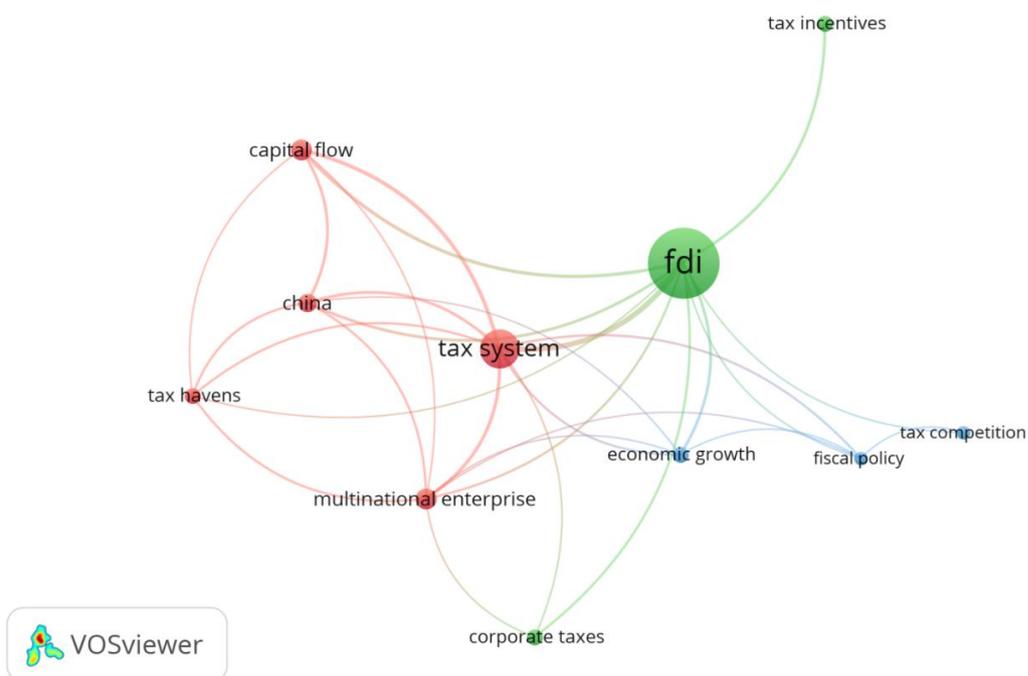


Figura 4.2 - Temáticas mais investigadas

A Figura 4.3 indica as 11 palavras-chave mais frequentemente utilizadas no conjunto dos artigos analisados, ilustradas, neste caso, através de um mapa de árvores.

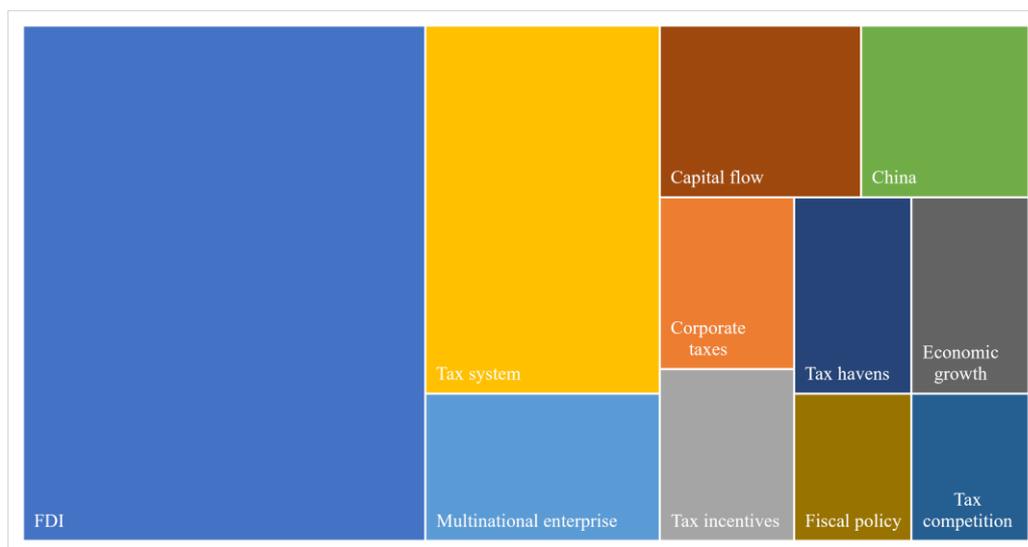


Figura 4.3 - Principais palavras-chave dos autores

4.1.3. Artigos mais citados

A construção de um mapa de densidades permitiu identificar quais os artigos da amostra mais citados, ou seja, aqueles que mais contribuíram para o desenvolvimento das investigações acerca da temática em estudo.

Desta feita, compreende-se, com base na Figura 4.4, que os artigos da amostra mais referenciados são os seguintes: “*Endogenous pollution havens: Does FDI influence environmental regulations?*”, publicado por Cole, Elliott e Fredriksson (2006), “*The Role of the investment climate and tax incentives in the foreign direct investment decision: Evidence from South Africa*”, publicado por Tuomi (2011) e, por fim, “*The determinants of tax haven FDI*”, da autoria de Jones e Temouri (2016).

Importa ainda destacar os artigos publicados por Haberly e Wójcik (2015), Popescu (2014) e Long, Yang e Zhang (2015), sendo também eles citados.

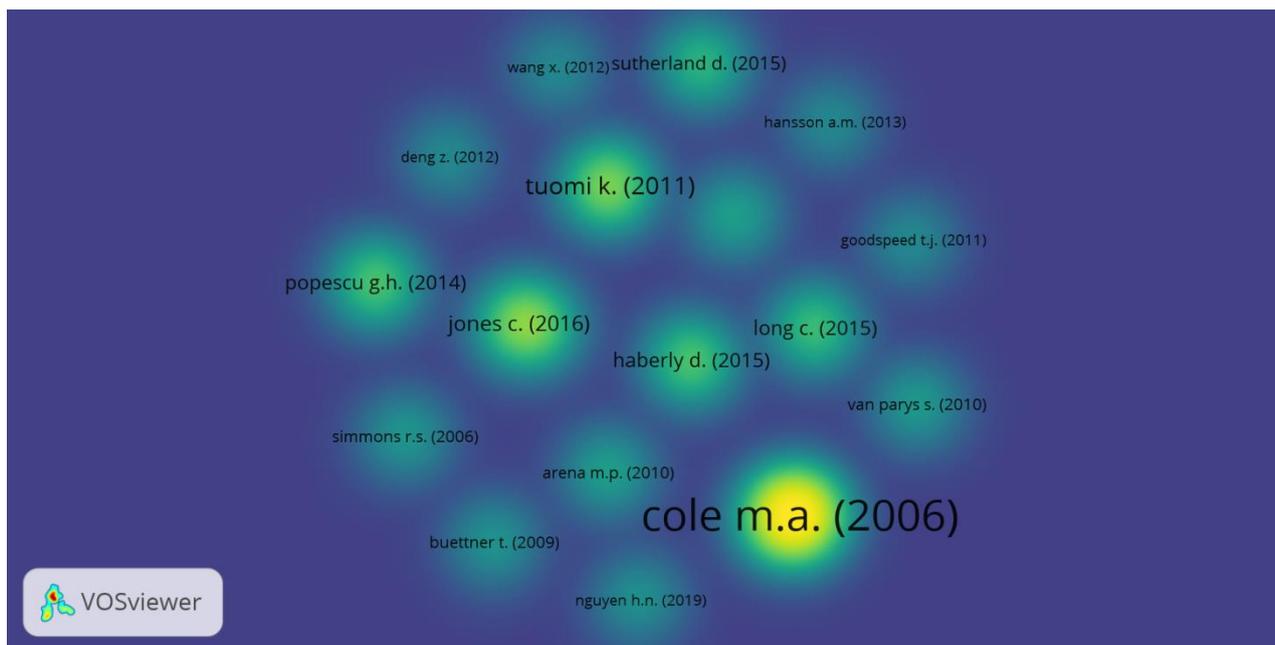


Figura 4.4 - Artigos mais citados

4.1.4. Número de citações

A variável em questão foi criada com o intuito de estudar a evolução do número de citações dos artigos que compõem a amostra desta investigação. Nesse sentido, procedeu-se à contagem do número de citações que cada um dos referidos artigos recebeu em cada um dos períodos em análise.

Constata-se, através da observação do Gráfico 4.3, que o número total de citações tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

Em 2019, os artigos objeto de estudo receberam o maior número de citações, nomeadamente 117, o que demonstra o interesse dos investigadores no estado atual da investigação acerca da relação entre o IDE e a fiscalidade.

Além disso, verifica-se que as citações dos artigos se mantiveram ininterruptas ao longo do tempo.

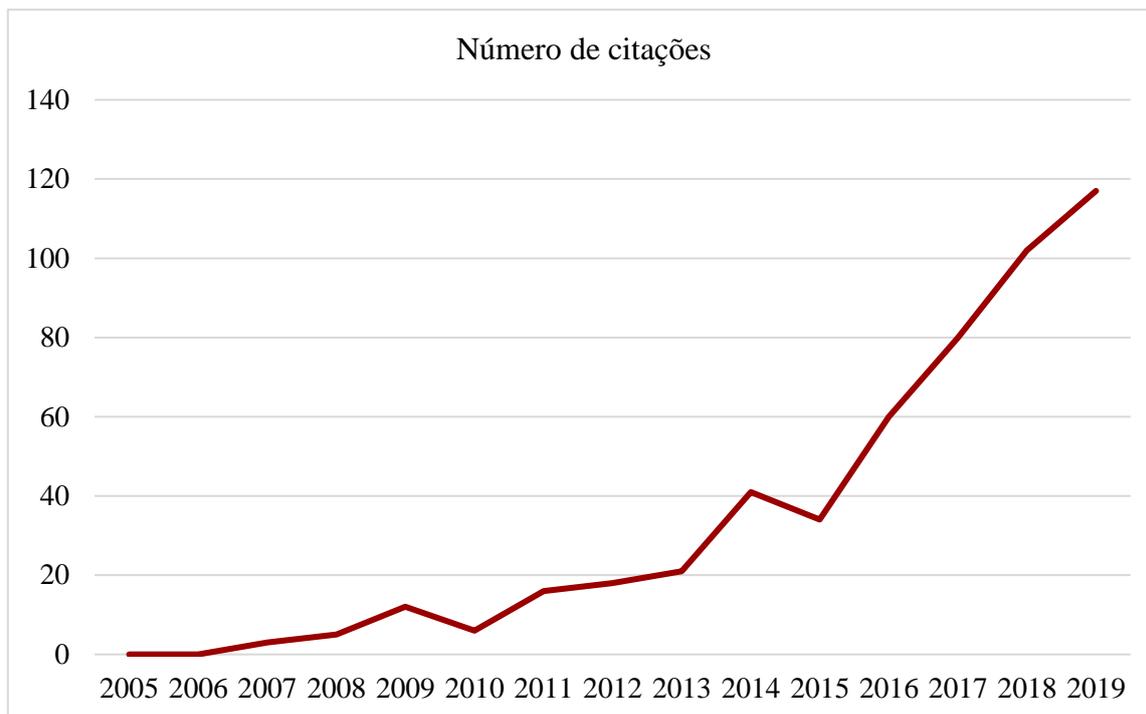


Gráfico 4.3 - Número de citações por ano

4.2. Caracterização dos autores

A análise do perfil dos autores constitui um dos objetivos do presente estudo. Assim, foram analisadas as seguintes variáveis: tipo de autoria, produtividade dos autores, relação entre autores, co-citações e país / continente de afiliação.

4.2.1. Tipo de autoria

Um artigo científico pode ser da autoria de mais do que um investigador. Desta feita, os artigos que compõem a amostra foram agrupados em função do tipo de autoria, identificando-se dois grupos distintos, o grupo de autoria individual e o grupo de autoria coletiva. O grupo de autoria individual inclui os artigos da autoria de apenas um investigador. Por sua vez, inserem-se no grupo de autoria coletiva os artigos publicados por mais do que um autor.

Atendendo aquilo que acima foi referido, constata-se que os 53 artigos da amostra foram publicados por 114 autores distintos, pelo que se conclui que a autoria coletiva é o tipo de autoria mais frequente. Com efeito, entende-se, através da observação da Tabela 4.3, que apenas

23% (n = 12) dos artigos foram publicados por um só autor, sendo que 77% (n = 41) dos mesmos são da autoria de mais do que um investigador.

Face ao exposto, depreende-se que uma parte significativa dos artigos alusivos à temática em estudo integra o grupo de autoria coletiva.

Tabela 4.3 - Tipo de autoria

Tipo de autoria	Número de artigos	%
Individual	12	23%
Coletiva	41	77%
Total	53	100%

Após a análise da informação exposta na Tabela 4.3, procedeu-se a um estudo mais pormenorizado dos artigos incluídos no grupo de autoria coletiva, com o propósito de identificar o número de investigadores que contribuíram para publicação dos mesmos. Assim, através da análise da Tabela 4.4, conclui-se que cerca de 61% dos artigos pertencentes ao grupo de autoria coletiva foram publicados por dois autores. Por outras palavras, a grande maioria dos artigos incluídos no referido grupo é da autoria de dois investigadores. As investigações realizadas por três autores representam 24% do total dos artigos de autoria coletiva. Por último, apenas 15% dos artigos de autoria coletiva foram publicados por quatro ou mais investigadores.

Tabela 4.4 - Número de autores responsáveis pela publicação dos artigos da amostra

Autoria coletiva		
Número de autores	Número de artigos	%
2	25	61%
3	10	24%
4 ou mais	6	15%
Total	41	100%

4.2.2. Produtividade dos autores

Uma vez que existem autores responsáveis pela autoria de mais do que um artigo, procedeu-se à análise da frequência de cada autor na amostra.

Tal como mencionado no ponto imediatamente anterior, são responsáveis pela autoria dos 53 artigos da amostra 114 autores. Importa, portanto, averiguar quais os autores que apresentam uma maior produtividade.

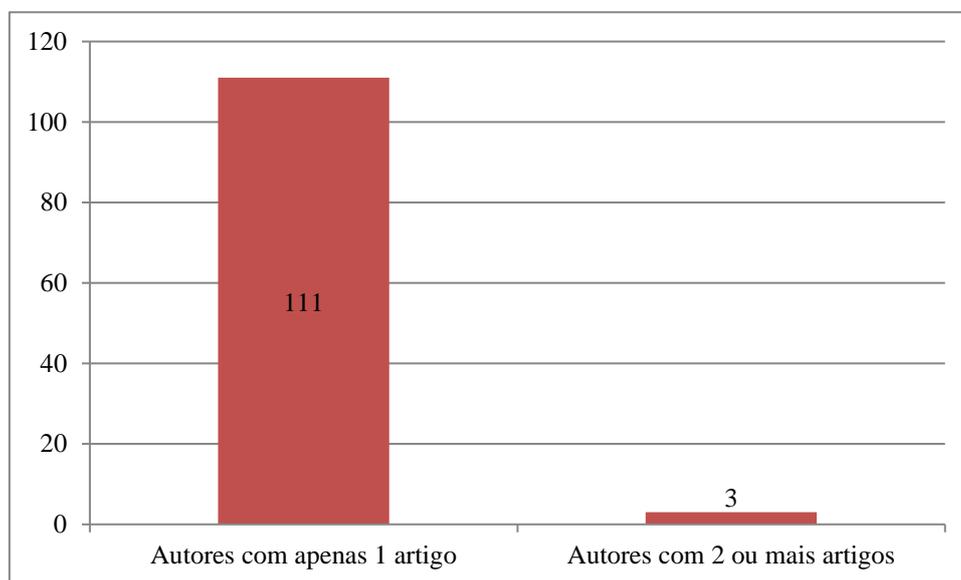


Gráfico 4.4 - Produtividade dos autores

Através da análise do Gráfico 4.4, verifica-se que apenas três autores publicaram mais do que um artigo. Desta feita, deduz-se que a grande maioria dos investigadores ($n = 111$) é responsável pela autoria de um só artigo.

Após a observação do Gráfico 4.4, efetuou-se um estudo mais detalhado dos investigadores responsáveis pela autoria de dois ou mais artigos. Destarte, conclui-se que *Albert Wijeweera*, *Dylan Sutherland* e *Georg Wamser* são os autores que apresentam uma maior produtividade, com um total de dois artigos publicados.

4.2.3. Relação entre autores

Com o objetivo de evidenciar a relação entre os diferentes autores, foi construído um mapa bibliográfico, representando cada círculo um autor. Note-se que a dimensão dos círculos varia em função do número de artigos publicados pelos investigadores. A existência de ligações entre círculos resulta da publicação de artigos em conjunto. Estas ligações encontram-se representadas por linhas.

Através da análise da Figura 4.5, constata-se que *Dylan Sutherland* e *Georg Wamser* são os autores que apresentam uma maior produtividade, isto é, que publicaram o maior número de artigos. Além disso, é possível verificar que *Dylan Sutherland* se encontra ligado a outros investigadores, nomeadamente, *John Anderson*, *Peter J. Buckley*, *Ahmad El-Gohari* e *Hinrich Voss*, que com ele co-publicaram os artigos. Existem outros autores que se encontram associados, tais como *Hong Nhat Nguyien*, *Jacqueline Tham*, *Ali Khatibi* e *S.M. Ferdous Azam*, *Cheryl Long*, *Jin Yang* e *Jing Zhang* ou *Matthew A. Cole*, *Robert J.R. Elliot* e *Per G. Fredriksson*. Por contraste, existem investigadores que surgem isolados no mapa, nomeadamente, *Gheorghe Popescu*, *Richard Simmons* e *Krista Tuomi*, dado que foram os únicos investigadores responsáveis pela publicação dos seus artigos.

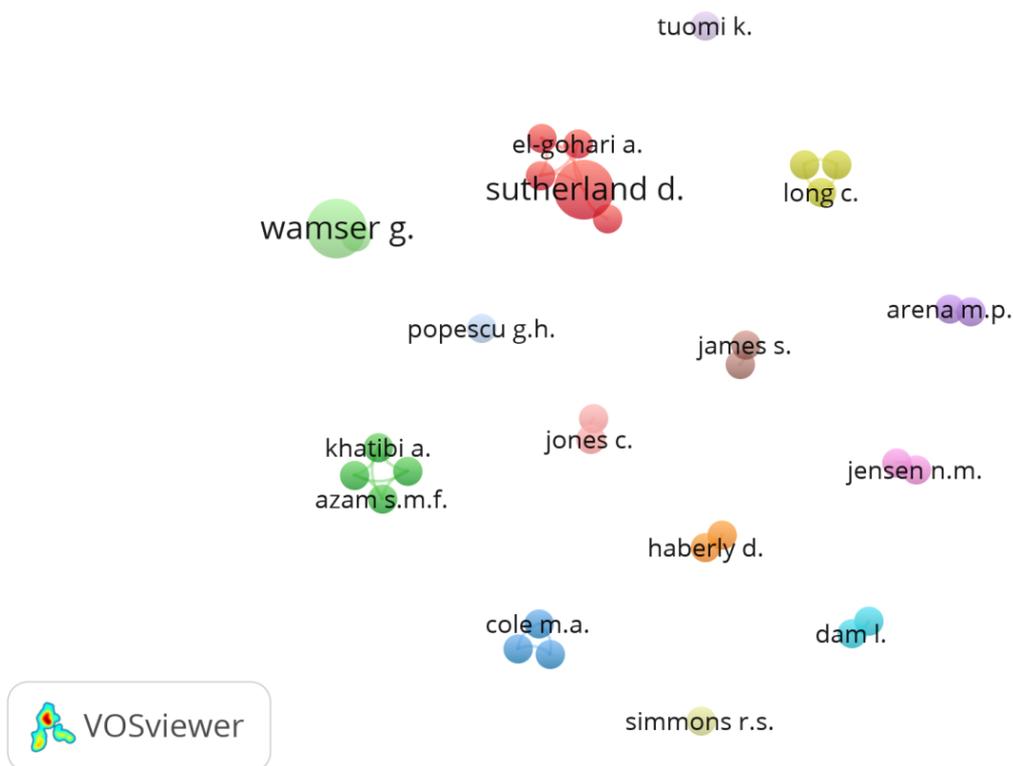


Figura 4.5 - Relação entre os autores

4.2.4. Co-citações

Esta variável foi criada com o intuito de averiguar quais os investigadores mais referenciados pelos autores dos artigos que integram a amostra, tendo sido construído, para o efeito, um mapa bibliográfico.

Importa aludir à possibilidade de os investigadores se citarem entre si.

O estudo do referido mapa permitiu igualmente concluir acerca da relação entre os investigadores citados, identificando-se dois *clusters* distintos.

Desta forma, entende-se, através da observação da Figura 4.6, que os investigadores mais referenciados são os seguintes: *Michael Devereux*, *James Hines Jr.* e *Rachel Griffith*. Além disso, a Figura 4.6 revela, por exemplo, uma forte relação entre *Michael Devereux* e *Rachel Griffith*, *Harry Grubert* e *John Mutti* e *Dharmika Dharmapala*, *Mihir A. Desai* e *Georg Wamser*.

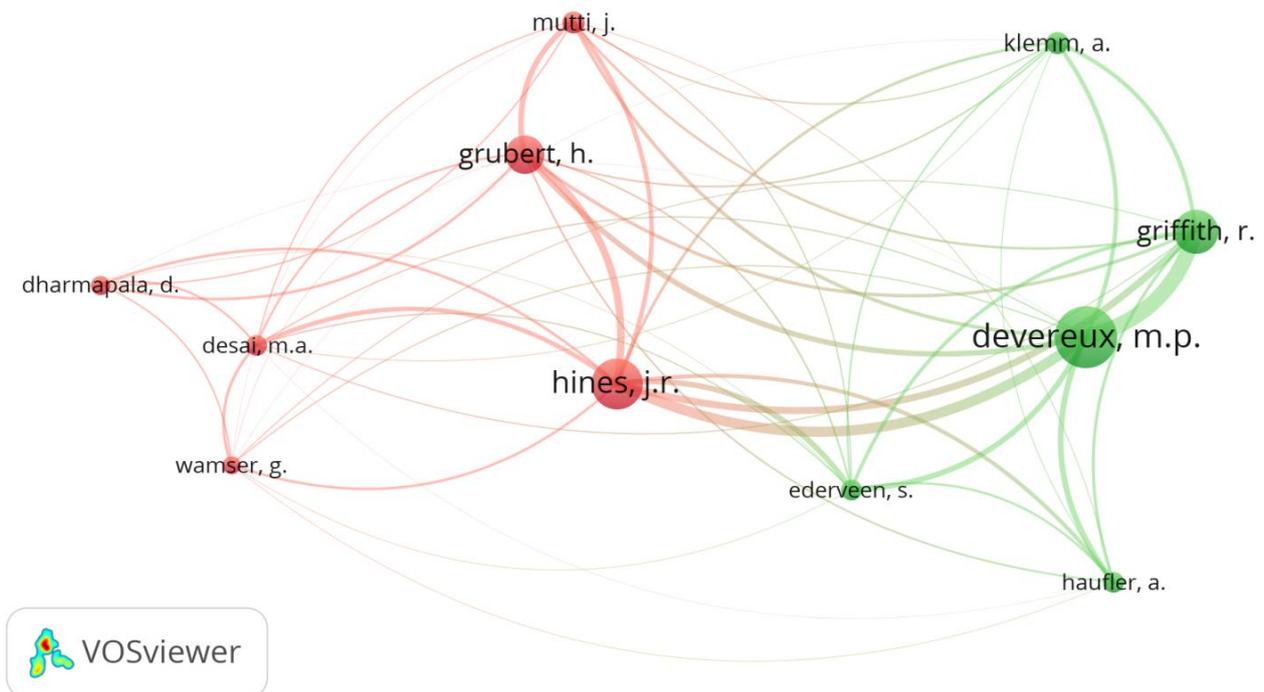


Figura 4.6 - Co-citações

Por forma a simplificar a análise destes resultados, a Tabela 4.5 resume os referidos *clusters*.

Tabela 4.5 - Co-citações

<i>Cluster 1 (6 itens)</i>	<i>Cluster 2 (5 itens)</i>
– <i>Mihir A. Desai</i>	– <i>Michael Devereux</i>
– <i>Dhammika Dharmapala</i>	– <i>Sjef Ederveen</i>
– <i>Harry Grubert</i>	– <i>Rachel Griffith</i>
– <i>James Hines Jr.</i>	– <i>Andreas Haufler</i>
– <i>John Mutti</i>	– <i>Alexander Klemm</i>
– <i>Georg Wamser</i>	

4.2.5. Afiliação geográfica dos investigadores

A análise da variável em causa permitiu verificar qual o país de afiliação dos autores à data em que os seus artigos foram publicados. Ademais, através da presente análise, foi ainda possível apurar quais os continentes com maior representatividade na amostra.

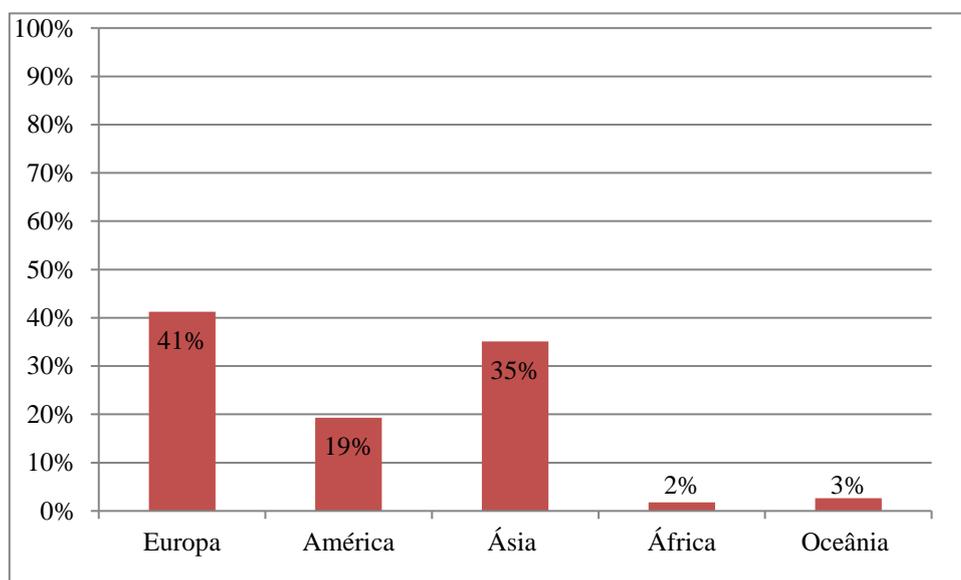


Gráfico 4.5 - Distribuição dos autores por continente

O estudo do Gráfico 4.5 permite concluir que todos os continentes estão representados nesta investigação, constatando-se, contudo, que a maioria (41%) dos investigadores se encontra afiliada a instituições localizadas na Europa. Verifica-se, ainda, que o continente asiático é o segundo continente com o maior número de autores afiliados (35%), seguindo-se o continente americano (19%). Por fim, apenas 3% e 2% dos investigadores se encontram afiliados a instituições na Oceânia e africanas, respetivamente. Existe, portanto, uma clara diferença entre o número de autores afiliados a instituições europeias e o número de investigadores afiliados a instituições na Oceânia e africanas.

Face aos dados acima indicados, efetuou-se um estudo mais pormenorizado. A Tabela 4.6 identifica os países de afiliação dos investigadores à data em que os respetivos artigos foram publicados. Entende-se, através da sua análise, que os EUA, o Reino Unido e a China são os países com o maior número de autores afiliados. Conclui-se, ainda, que a Europa é o continente que apresenta uma maior dispersão de autores, sendo que os mesmos se encontram distribuídos por 14 países distintos.

O país que mais contribui para o domínio do continente europeu é o Reino Unido, contando com 17 investigadores afiliados. Importa ainda destacar países como a Alemanha, que tem 5 autores afiliados, e Irlanda e Portugal, ambos com 4 investigadores afiliados. Além disso, constata-se que a Itália, a Bélgica, a Roménia e a Polónia constituem o grupo de países com o menor número de investigadores afiliados ($n = 1$).

Em relação ao continente asiático, o país de afiliação mais frequente é a China ($n = 17$), seguindo-se a Coreia do Sul ($n = 7$), a Índia ($n = 6$), a Malásia ($n = 5$) e a Indonésia ($n = 2$). Já o Japão, o Iraque e a Tailândia têm apenas 1 investigador afiliado.

A informação constante da Tabela 4.6 relativa ao continente americano revela uma predominância clara dos EUA ($n = 20$). Note-se, no entanto, que também o Canadá conta com autores afiliados ($n = 2$).

Por fim, quanto à Oceânia, é possível verificar que apenas um país tem autores afiliados, a Austrália ($n = 3$). O mesmo acontece com o continente africano, sendo, neste caso, o Sudão o país de afiliação dos dois autores.

Tabela 4.6 - Distribuição dos autores por país

Continente/País	Número de investigadores afiliados	%
Europa	47	41,00%
Reino Unido	17	14,83%
Alemanha	5	4,36%
Irlanda	4	3,49%
Portugal	4	3,49%
Grécia	3	2,62%
Espanha	2	1,74%
Lituânia	2	1,74%
Holanda	2	1,74%
Suécia	2	1,74%
Croácia	2	1,74%
Itália	1	0,87%
Bélgica	1	0,87%
Roménia	1	0,87%
Polónia	1	0,87%
Ásia	40	35,00%
China	17	14,88%
Coreia do Sul	7	6,13%
Índia	6	4,25%
Malásia	5	4,38%
Indonésia	2	1,75%
Iraque	1	0,88%
Japão	1	0,88%
Tailândia	1	0,88%
América	22	19,00%
EUA	20	17,27%
Canadá	2	1,73%
Oceânia	3	3,00%
Austrália	3	3%
África	2	2,00%
Sudão	2	2%

4.3. Risco de enviesamento

À semelhança do capítulo anterior, também o capítulo “Resultados” apresenta um tópico relativo ao risco de enviesamento.

O subtópico 4.3.1. respeita à apresentação dos resultados da avaliação do risco de enviesamento entre os estudos. Por sua vez, no subtópico 4.3.2. é apresentada a informação referente ao risco de enviesamento de cada investigação.

4.3.1. Entre os estudos

Tal como referido no capítulo “Metodologia”, o impacto da fiscalidade no investimento direto estrangeiro, e vice-versa, difere de país para país.

No entanto, a inclusão de um conjunto variado de investigações permitiu a análise da relação entre a fiscalidade e o investimento direto estrangeiro nos mais diversos contextos socioeconómicos, tendo em consideração as disparidades entre países, minimizando, assim, o risco de enviesamento dos resultados acima apresentados.

4.3.2. Nas investigações individuais

Muitos autores utilizam dados estatísticos agregados, alertando para a possibilidade dos resultados das suas investigações não refletirem totalmente a realidade observada.

Destarte, refira-se que também os resultados da presente investigação padecem desse risco.

Não obstante, e tal como referido anteriormente, alguns investigadores optam por utilizar dados ao nível da empresa, procurando, deste modo, excluir o investimento que tem como objetivo único a obtenção de vantagens fiscais. Tal facto conduz a uma diminuição do risco de enviesamento não só dos resultados das investigações que integram a amostra deste estudo, como também dos resultados acima expostos.

5. CONCLUSÕES

5.1. Objetivos e resultados

As revistas científicas constituem um importante meio de divulgação de investigações, apresentando, deste modo, uma relevância significativa para muitos académicos e profissionais. Além disso, estas publicações facilitam o debate acerca do estado da arte da investigação, sistematizando o conhecimento.

O presente estudo teve como objetivo primordial a caracterização da investigação empírica desenvolvida no âmbito da relação entre o IDE e a fiscalidade, compreendendo um período temporal de 14 anos.

Para além do objetivo principal, foram estabelecidos dois objetivos específicos distintos. O primeiro objetivo concerne à descrição da informação contida nos artigos publicados, sendo que o segundo respeita à caracterização dos respetivos autores.

Em relação à distribuição dos artigos por ano, constata-se que o número de publicações alusivas à temática em estudo tem vindo a crescer ao longo do tempo, sendo que 2019 foi o ano em que mais artigos foram publicados (10 artigos). Tal facto sugere um aumento da relevância científica da referida temática.

No que respeita à publicação dos artigos em revistas científicas, é possível aferir que não existe qualquer domínio de nenhuma delas. De facto, os artigos que integram a amostra encontram-se publicados em 45 revistas científicas distintas, sendo a revista *International Tax and Public Finance* a mais representada, com um total de 3 artigos publicados.

Relativamente às temáticas mais investigadas, refira-se que alguns investigadores optam por avaliar o impacto da atribuição de incentivos fiscais e das taxas de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas na captação de IDE. Outros investigadores, por sua vez, estudam a relação entre o IDE e o crescimento económico do país de destino. Há ainda autores que atribuem particular atenção ao investimento que tem subjacente a transferência de capitais para paraísos fiscais, assim como à concorrência fiscal motivada pelo IDE. Por último, verifica-se que um número considerável de investigações utiliza dados relativos a entidades estabelecidas na China.

Os artigos que mais contribuíram para o desenvolvimento das investigações acerca da relação entre a fiscalidade e o IDE foram os seguintes: “*Endogenous pollution havens: Does FDI influence environmental regulations?*”, publicado por Cole, Elliott e Fredriksson (2006),

“*The role of the investment climate and tax incentives in the foreign direct investment decision: Evidence from South Africa*”, publicado por Tuomi (2011) e, por fim, “*The determinants of tax haven FDI*”, da autoria de Jones e Temouri (2016).

Adicionalmente, foi também analisada a evolução do número de citações recebidas pelos artigos que integram a amostra do estudo. Deste modo, conclui-se que o número de citações dos artigos considerados nesta revisão sistemática da literatura tem vindo a aumentar, o que revela o contínuo interesse dos investigadores no estado da arte da investigação acerca da relação entre o IDE e a fiscalidade.

No que concerne ao segundo objetivo específico, conclui-se, em primeiro lugar, que a autoria coletiva é o tipo de autoria mais frequente, sendo que 77% dos artigos que compõem a amostra foram publicados por mais do que um autor. Na sequência de um estudo mais pormenorizado dos artigos incluídos no grupo de autoria coletiva, verificou-se que a sua grande maioria (61%) é da autoria de dois investigadores. Já as investigações concretizadas por três autores representam apenas 24% do total dos artigos de autoria coletiva. Por fim, os artigos publicados por quatro ou mais investigadores são os menos representados (15%).

Quanto à produtividade dos autores, constata-se que a sua grande maioria (n = 111) é responsável pela autoria de um só artigo. *Albert Wijeweera, Dylan Sutherland e Georg Wamser* são os investigadores que apresentam uma maior produtividade, com um total de dois artigos publicados.

A análise da variável “relação entre autores” possibilita a confirmação de que *Dylan Sutherland e Georg Wamser* são dois dos autores que apresentam uma maior produtividade, isto é, que publicaram o maior número de artigos. Além disso, é possível verificar que *Dylan Sutherland* se encontra associado a outros investigadores, designadamente, *John Anderson, Peter J. Buckley, Ahmad El-Gohari e Hinrich Voss*, que com ele co-publicaram os artigos. Existem outros autores que se relacionam entre si, tais como *Hong Nhat Nguyien, Jacqueline Tham, Ali Khatibi e S.M. Ferdous Azam, Cheryl Long, Jin Yang e Jing Zhang* ou *Matthew A. Cole, Robert J.R. Elliot e Per G. Fredriksson*.

O estudo da variável “co-citações” indica, por seu turno, que os investigadores mais referenciados pelos autores dos artigos que constituem a amostra são *Michael Devereux, James Hines Jr. e Rachel Griffith*.

No que se refere à afiliação geográfica dos investigadores, é possível concluir que todos os continentes estão representados nesta revisão sistemática da literatura. No entanto, constata-se que a maioria (41%) dos investigadores se encontra afiliada a instituições localizadas na Europa. O continente asiático é o segundo continente com maior número de autores afiliados (35%), seguindo-se o continente americano (19%). Por último, apenas 3% e 2% dos investigadores se encontram afiliados a instituições na Oceânia e africanas, respetivamente.

Note-se que o país que mais contribui para o domínio do continente europeu é o Reino Unido, contando com 17 investigadores afiliados. Importa ainda destacar países como a Alemanha, que tem 5 autores afiliados, e Irlanda e Portugal, ambos com 4 investigadores afiliados. Ademais, constata-se que a Itália, a Bélgica, a Roménia e a Polónia constituem o grupo de países com o menor número de investigadores afiliados ($n = 1$). Em relação ao continente asiático, o país de afiliação mais frequente é a China ($n = 17$), seguindo-se a Coreia do Sul ($n = 7$), a Índia ($n = 6$), a Malásia ($n = 5$) e a Indonésia ($n = 2$). Já o Japão, o Iraque e a Malásia têm apenas 1 investigador afiliado. A informação atinente ao continente americano revela uma predominância clara dos EUA ($n = 20$). Refira-se, contudo, que também o Canadá conta com autores afiliados ($n = 2$). Quanto à Oceânia, é possível verificar que apenas um país tem autores afiliados, a Austrália ($n = 3$). O mesmo sucede com o continente africano, sendo, neste caso, o Sudão o país de afiliação dos dois autores.

Face às conclusões acima assinaladas, é possível afirmar que o presente estudo proporciona uma visão global do estado da arte da literatura acerca da relação entre o IDE e a fiscalidade, tanto ao nível da informação contida nos artigos como dos autores responsáveis pela sua publicação.

Ao reunir evidências do papel da fiscalidade na atração de IDE, e vice-versa, esta investigação poderá ainda ser relevante para os decisores dos países que pretendam captar este tipo de investimento no futuro. Ademais, prevê-se que também as empresas que tenham como objetivo estratégico a expansão do seu negócio além-fronteiras atribuam larga importância a este estudo.

5.2. Limitações da investigação

Após terem sido apresentadas as conclusões da presente investigação, importa agora delinear as suas principais limitações.

A primeira limitação encontrada concerne aos artigos que compõem a amostra do estudo. Tal como já mencionado, todos estes artigos estão indexados à base de dados bibliográfica *Scopus*, o que conduz a que possam não estar a ser consideradas outras investigações igualmente relevantes. Desta feita, conclui-se que a dimensão da amostra poderá ser reduzida.

A segunda limitação prende-se com a comparabilidade dos resultados da investigação. De facto, uma vez que não existem estudos publicados a respeito desta temática, não se afigura possível a comparação dos resultados alcançados.

Por fim, em virtude do profundo impacto que a atual crise pandémica terá na economia mundial, é francamente previsível que o IDE sofra um acentuado decréscimo. Em consequência, as investigações que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito desta temática poderão não corresponder totalmente à atual realidade económica mundial.

5.3. Recomendações para investigações futuras

Tendo em consideração as conclusões e limitações acima expostas, propõem-se as seguintes investigações futuras:

1. Concretizar uma investigação idêntica àquela apresentada, aumentando, no entanto, a dimensão da amostra (através, nomeadamente, da inclusão de artigos indexados a outras bases de dados);
2. Criar e analisar outro tipo de variáveis (a título exemplificativo, estudar a relação entre as temáticas mais frequentemente estudadas e o país de afiliação dos investigadores, atendendo ao facto de a relação entre a fiscalidade e o IDE diferir de região para região);
3. Investigar o motivo pelo qual a Oceânia tem tão poucos autores afiliados (por contraste com a Europa, por exemplo);
4. Avaliar o impacto que a atual crise pandémica terá nas investigações realizadas no âmbito da relação entre a fiscalidade e o IDE.

6. BIBLIOGRAFIA

Ali, M. e Bohara, A. K. (2017). How Does FDI Respond to the Size of Shadow Economy: An Empirical Analysis under a Gravity Model Setting. *International Economic Journal*, 31 (2): 159-178.

Almeida-Filho, A. T. D., de Lima Silva, D. F. e Ferreira, L. (2020). Financial modelling with multiple criteria decision making: A systematic literature review. *Journal of the Operational Research Society*, 1-19.

Amerighi, O. e De Feo, G. (2014). Competition for FDI and Profit Shifting: On the Effects of Subsidies and Tax Breaks. *FinanzArchiv*, 70 (3): 374-404.

An, Z. (2012). Taxation and Foreign Direct Investment (FDI): Empirical Evidence from a Quasi-Experiment in China. *International Tax and Public Finance*, 19 (5): 660-676.

Apriana, G. B. e Irawan, F. (2019). The Impact of Tax Incentives and IFRS Adoption on Foreign Direct Investment. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, 5 (2): 1195-1212.

Arena, M. e Roper, A. H. (2010). The Effect of Taxes on Multinational Debt Location. *Journal of Corporate Finance*, 16 (5): 637-654.

Assunção, S., Forte, R. e Teixeira, A. A. C. (2013). Location Determinants of FDI: Confronting Theoretical Approaches with Empirical Findings. *Argumenta Oeconomica*, 31 (2): 5-28.

Azevedo, A., Pereira, P. J. e Rodrigues, A. (2019). Foreign Direct Investment with Tax Holidays and Policy Uncertainty. *International Journal of Finance and Economics*, 24 (2): 727-739.

Azémar, C. e Dharmapala, D. (2019). Tax Sparing Agreements, Territorial Tax Reforms, and Foreign Direct Investment. *Journal of Public Economics*, 169 (C): 89-108.

Bárcena-Ruiz, J. C. e Garzón, M. B. (2017). Environmental Policy, North-South Trade and FDI. *Journal of Industry, Competition and Trade*, 17 (4): 371-386.

Beugelsdijk, S., McCann, P. e Mudambi, R. (2010). Introduction: Place, Space and Organization – Economic Geography and the Multinational Enterprise. *Journal of Economic Geography*, 10 (4): 485-493.

Blonigen, B. A. (2005). A Review of the Empirical Literature on FDI Determinants. *Atlantic Economic Journal*, 33 (4): 383-403.

Brazys, S. R. (2014). Paradise Lost: The Cost of Removing Tax and Trade Provisions from the Compact of Free Association. *Asia and the Pacific Policy Studies*, 1 (1): 204-215.

Buckley, P.J., Sutherland, D., Voss, H. e El-Gohari, A. (2015). The Economic Geography of Offshore Incorporation in Tax Havens and Offshore Financial Centres: The Case of Chinese MNEs. *Journal of Economic Geography*, 15 (1): 103-128.

Buettner, T. e Wamser, G. (2009). The Impact of Non-profit Taxes on Foreign Direct Investment: Evidence from German Multinationals. *International Tax and Public Finance*, 16 (3): 298-320.

CNUCED. (2007). World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development. Retirado de: https://unctad.org/en/Docs/wir2007p4_en.pdf.

Cole, M. A., Elliott, R. J. R. e Fredriksson, P. G. (2006). Endogenous Pollution Havens: Does FDI Influence Environmental Regulations? *Scandinavian Journal of Economics*, 108 (1): 157-178.

Craig, C. S. e Douglas, S. P. (2000). Configural Advantage in Global Markets. *Journal of International Marketing*, 8 (1): 6-26.

Dam, L. e Scholtens B. (2012). The Curse of the Haven: The Impact of Multinational Enterprise on Environmental Regulation. *Ecological Economics*, 78 (C): 148-156.

Deng, Z., Falvey, R. e Blake, A. (2012). Trading Market Access for Technology? Tax Incentives, Foreign Direct Investment and Productivity Spillovers in China. *Journal of Policy Modeling*, 34 (5): 675-690.

Denis, D. J., Denis, D. K. e Yost, K. (2002). Global Diversification, Industrial Diversification and Firm Value. *Journal of Finance*, 57 (5): 1951-1980.

Diriba, M., Ghadai, S. K. e Misra, S. N. (2019). Ethiopia as a Newly Emerging Global Textile Centre: A Review. *International Journal of Recent Technology and Engineering*, 7 (6): 583-590.

- Dodonova A. e Khoroshilov, Y. (2007). Income Repatriation Decision for Multinational Corporations: Tax Issues. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26 (3): 376-384.
- Dunning, J. (1980). Towards an Eclectic Theory of International Production: Some Empirical Tests. *Journal of International Business Studies*, 11 (1): 9-31.
- Feliciano, Z. M. e Doytch, N. (2017). EU Accession and Foreign-owned Firms in Bulgaria. *Post-Communist Economies*, 29 (3): 392-404.
- Gautier, L. (2017). Local Content and Emission Taxes when the Number of Foreign Firms is Endogenous. *Journal of Economics*, 122 (3): 239-266.
- Geringer, J.M, Tallman, S. e Olsen, D. M. (2000). Product and International Diversification among Japanese Multinational Firms. *Strategic Management Journal*, 21 (1): 51-80.
- Globerman, S. e Shapiro, D. (2002). Global Foreign Direct Investment Flows: The Role of Governance Infrastructure. *World Development*, 30 (11): 1899-1919.
- Goldbach, S., Nagengast, A. J., Steinmüller, E. e Wamser, G. (2019). The Effect of Investing Abroad on Investment at Home: On the Role of Technology, Tax Savings, and Internal Capital Markets. *Journal of International Economics*, 116 (C): 58-73.
- Grossman, G. M. e Rossi-Hansberg, E. (2008). Trading Tasks: A Simple Theory of Offshoring. *American Economic Review*, 98 (5): 1978-1997.
- Haberly, D. e Wójcik, D. (2015). Tax Havens and the Production of Offshore FDI: An Empirical Analysis. *Journal of Economic Geography*, 15 (1): 75-101.
- Hansson, A. M. e Olofsdotter, K. (2013). FDI, Taxes and Agglomeration Economies in the EU15. *Applied Economics*, 45 (18): 2653-2664.
- Hitt, M.A., Hoskisson, R. E. e Kim, H. (1997). International Diversification: Effects on Innovation and Firm Performance in Product-diversified Firms. *Academy of Management Journal*, 40 (4): 67-98.
- Hristu-Varsakelis, D., Karagianni, S. e Saraidaris, A. (2011). Equilibrium Conditions in Corporate Tax Competition and Foreign Direct Investment Flows. *Economic Modelling*, 28 (1-2): 13-21.

- Hunady, J. e Orviska, M. (2014). Determinants of Foreign Direct Investment in EU Countries – Do Corporate Taxes Really Matter. *Procedia Economics and Finance*, 12 (2014): 243-250.
- Hung, J. H. e Chang, Y. (2019). Why Has the United States Continued to Receive Net Investment Income as a Debtor Country? *World Economy*, 42 (3): 936-958.
- Ibrahim, O. A. e Hassan, H. M. (2013). Determinants of Foreign Direct Investment in Sudan: An Econometric Perspective. *Journal of North African Studies*, 18 (1): 1-15.
- Jensen, N. M. e Lindstädt, R. (2012). Leaning Right and Learning from the Left: Diffusion of Corporate Tax Policy Across Borders. *Comparative Political Studies*, 45 (3): 283-311.
- Jones, C. e Temouri, Y. (2016). The Determinants of Tax Haven FDI. *Journal of World Business*, 51 (2): 237-250.
- Kamioka, H. (2019). Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols (prisma-p) 2015 statement. *Japanese Pharmacology and Therapeutics*, 47 (8): 1177-1185.
- Kasanen, E. e Lukka, K. (1996). Is Accounting a Global or a Local Discipline? Evidence from Major Research Journals. *Accounting, Organizations and Society*, 21 (7): 755-773.
- Kersan-Škabić, I. (2015). The Importance of Corporate Taxation for FDI Attractiveness of Southeast European Countries. *Panoeconomicus*, 62 (1): 105-122.
- Kim, S., Kim, M. e Kim, Y. (2012). The Impacts of PTA Formation on Small Economies' Tax Competition for FDI Inflows. *Economic Modelling*, 29 (6): 2734-2743.
- Kogut, B. (1983). *Foreign Direct Investment as a Sequential Process, The Multinational Corporation in the 1980s*. MIT Press.
- Kogut, B. (1985). Designing Global Strategies: Profiting from Operational Flexibility. *Sloan Management Review*, 27 (1): 27-38.
- Kuo, K., Lee, C. e Wu, S. (2018). Environmental Policy and Labour Market Imperfection. *Bulletin of Economic Research*, 70 (2): 175-184.
- Lahiri, S. e Ono, Y. (2015). Pollution, Foreign Direct Investment, and Welfare. *Research in Economics*, 69 (2): 238-247.

- Lawless, M., McCoy, D., Morgenroth, E. L. W. e O’Toole, C. M. (2018). Corporate Tax and Location Choice for Multinational Firms. *Applied Economics*, 50 (26): 2920-2931.
- Long, C., Yang, J. e Zhang, J. (2015). Institutional Impact of Foreign Direct Investment in China. *World Development*, 66 (C): 31-48.
- Markusen, J.R. e Horstmann, I. (1992). Endogenous Market Structures in International Trade. *Journal of International Economics*, 32 (1-2): 109–129.
- Martinez-Vazquez, J., Zhang, L. e Goodspeed, T. (2011). Public Policies and FDI Location: Differences between Developing and Developed Countries. *FinanzArchiv*, 67 (2): 171-191.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J. e Altman, D. G. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis: The PRISMA Statement. *Journal of Clinical Epidemiology*, 62 (10): 1006-1012.
- Morck, R. e Yeung, B. (1998). Why Investors Sometimes Value Size and Diversification: The Internalization Theory on Synergy, Working Paper. Institute for Financial Research. University of Alberta.
- Murthy, K. V. B. e Bhasin, N. (2015). The Impact of Bilateral Tax Treaties: A Multi-country Analysis of FDI Inflows into India. *Journal of International Trade and Economic Development*, 24 (6): 751-766.
- Muthitacharoen, A. (2019). Assessing the Importance of Taxation on FDI: Evidence from South-East Asian Developing Countries. *eJournal of Tax Research*, 17 (1): 63-82.
- Navaretti, G. B., Castellani, D. e Disdier, A.-C. (2010). How Does Investing in Cheap Labour Countries Affect Performance at Home? Firm-level Evidence from France and Italy. *Oxford Economic Papers*, 62 (2), 234-260.
- Nguyena, H. N., Thama, J., Khatibia, A. e Azama, S. M. F. (2019). Enhancing the Capacity of Tax Authorities and its Impact on Transfer Pricing Activities of FDI Enterprises in Ha Noi, Ho Chi Minh, Dong Nai, and Binh Duong Province of Vietnam. *Management Science Letters*, 9 (8): 1299-1310.
- OCDE. (2020). Portal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Retirado de: <https://data.oecd.org/fdi/fdi-stocks.htm#indicator-chart;%20https://data.oecd.org/fdi/fdi-flows.htm#indicator-chart>.

- Pandey, B. K. (2019). Amendment of India Mauritius DTAA and its Impact on Foreign Investment in India. *International Journal of Recent Technology and Engineering*, 8 (2S3): 1447-1454.
- Parcero, O. J. (2007). Inter-Jurisdiction Subsidy Competition for a New Production Plant: What is the Central Government Optimal Policy? *Regional Science and Urban Economics*, 37 (6): 688-702.
- Park, S. J., Park, W. J., Sun, E. J. e Woo, S. (2016). Is Foreign Direct Investment Effective from the Perspective of Tax Avoidance? An Analysis of Tax Avoidance through the International Transfer Pricing Behaviours of Korean Corporations. *The Journal of Applied Business Research*, 32 (3): 917-935.
- Popescu, G. H. (2014). FDI and Economic Growth in Central and Eastern Europe. *Sustainability*, 6 (11): 8149-8163.
- Rugman, A. M. (2010). Reconciling Internalization Theory and the Eclectic Paradigm. *Multinational Business Review*, 18 (2): 1-12.
- Scapens, R. e Bromwich, M. (2010). Management Accounting Research: 20 years on. *Management Accounting Research*, 21 (4): 278-284.
- SCimago. (2019). Portal do SCimago Journal & Country Rank. Retirado de: <https://www.scimagojr.com/>.
- Shatz, H. J e Venables, A. J. (2000). The Geography of International Investment. Policy Research Working Paper Series 2338, The World Bank.
- Silva, T. e Lagoa, S. (2018). Corporate Taxes and the Location of FDI in Europe: The Importance of Economic Integration and Project Characteristics. *Economic Annals*, 63 (217): 39-73.
- Simmons, R. S. (2006). Does Recent Empirical Evidence Support the Existence of International Corporate Tax Competition? *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 15 (1): 16-31.
- Ślusarczyk, B. (2018). Tax Incentives as a Main Factor to Attract Foreign Direct Investments in Poland. *Administratie Si Management Public*, (30): 67-81.

Sutherland, D. e Anderson J. (2015). The Pitfalls of Using Foreign Direct Investment Data to Measure Chinese Multinational Enterprise Activity. *China Quarterly*, 221: 21-48

Švaljek, S. (2005). The 2000 Tax Reform in Croatia: Causes and Consequences. *Ekonomski Pregled*, 56 (12): 1217-1236.

Thanoon, M. A. e Baharumshah, A. Z. (2007). Private Savings, Growth, Dependency Ratio and Foreign Capital: Some Issues and Lessons from Malaysia. *Savings and Development*, 31 (4): 399-417.

The World Bank. (2020). Portal do Banco Mundial. Retirado de: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/topics/19377-foreign-direct-investment-fdi>.

Tuomi, K. (2011). The Role of the Investment Climate and Tax Incentives in the Foreign Direct Investment Decision: Evidence from South Africa. *Journal of African Business*, 12 (1): 133-147.

Van Parys, S. e James, S. (2010). The Effectiveness of Tax Incentives in Attracting Investment: Panel Data Evidence from the CFA Franc zone. *International Tax and Public Finance*, 17 (4): 400-429.

Wang, X., Xu, L. C. e Zhu, T. (2012). Foreign Direct Investment under a Weak Rule of Law: Theory and Evidence from China. *Economics of Transition*, 20 (3): 401-424.

Wijeweera, A. e Clark, D. P. (2006). Taxation and Foreign Direct Investment Inflows : Time Series Evidence from the US. *Global Economic Review*, 35 (2): 135-143.

Wijeweera, A. e Mounter, S. (2007). AVAR Analysis of the Impacts of Company Tax Rates on Foreign Direct Investment and other Macro-economic Variables in Australia. *Global Economic Review*, 36 (2): 137-145.

Wu, W., Yuan, L., Wang, X., Cao, X. e Zhou, S. (2019). Does FDI Drive Economic Growth? Evidence from City Data in China. *Emerging Markets Finance and Trade*, 56 (3): 1-14.

Zirgulis, A. e Šarapovas, T. (2017). Impact of Corporate Taxation on Unemployment. *Journal of Business Economics and Management*, 18 (3): 412-426.